

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	15
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.655.569
Preferenciais	0
Total	2.655.569
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	7.434	29.704
1.01	Ativo Circulante	750	845
1.01.03	Contas a Receber	294	264
1.01.03.01	Clientes	294	264
1.01.06	Tributos a Recuperar	1	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	121	240
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	334	341
1.01.08.03	Outros	334	341
1.01.08.03.01	Outros Créditos	208	215
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedor	126	126
1.02	Ativo Não Circulante	6.684	28.859
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.299	25.447
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.379	24.500
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	2.379	24.500
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	920	947
1.02.01.10.03	Outros Créditos	580	607
1.02.01.10.07	Terrenos Disponíveis para Venda	340	340
1.02.02	Investimentos	331	223
1.02.02.01	Participações Societárias	331	223
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	331	223
1.02.03	Imobilizado	767	902
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	473	534
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	294	368
1.02.04	Intangível	2.287	2.287
1.02.04.01	Intangíveis	2.287	2.287
1.02.04.01.02	Vida útil indefinida	1.052	1.052
1.02.04.01.03	Vida útil definida	1.235	1.235

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	7.434	29.704
2.01	Passivo Circulante	18.186	18.341
2.01.02	Fornecedores	1.548	1.692
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.548	1.692
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.084	9.929
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.084	9.929
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.084	9.929
2.01.05	Outras Obrigações	6.467	6.633
2.01.05.02	Outros	6.467	6.633
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	7
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.507	5.675
2.01.05.02.08	Provisão para riscos processuais	289	289
2.01.05.02.09	Parcelamentos Judiciais	323	297
2.01.05.02.10	Arrendamento Custo Amortizado	341	365
2.01.06	Provisões	87	87
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	87	87
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	87	87
2.02	Passivo Não Circulante	95.062	114.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	115	133
2.02.01.02	Debêntures	115	133
2.02.01.02.01	Fornecedores	115	133
2.02.02	Outras Obrigações	1.500	345
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.212	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.212	0
2.02.02.02	Outros	288	345
2.02.02.02.03	Arrendamento Custo Amortizado	29	86
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições	259	259
2.02.04	Provisões	93.447	113.919
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	434	434
2.02.04.01.05	Provisão para riscos processuais	434	434
2.02.04.02	Outras Provisões	93.013	113.485
2.02.04.02.04	Provisão para Perdas em Investimentos	91.669	112.136
2.02.04.02.05	Outras Contas a Pagar	1.001	1.001
2.02.04.02.06	Parcelamentos Judiciais	343	348
2.03	Patrimônio Líquido	-105.814	-103.034
2.03.01	Capital Social Realizado	815.460	815.460
2.03.02	Reservas de Capital	25.196	25.196
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3	-3
2.03.02.07	Reserva de Capital	25.199	25.199
2.03.04	Reservas de Lucros	-32.874	-32.874
2.03.04.10	Transações com não-controladores	-32.874	-32.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-913.596	-910.816

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	168	42
3.03	Resultado Bruto	168	42
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.083	135.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-941	-2.651
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-726	-1.833
3.04.02.02	Honorários da Diretoria	-80	-82
3.04.02.03	Depreciações e Amortizações	-135	-736
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17	142.954
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.125	-5.168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.915	135.177
3.06	Resultado Financeiro	135	2.418
3.06.01	Receitas Financeiras	322	2.498
3.06.02	Despesas Financeiras	-187	-80
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.780	137.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.880
3.08.01	Corrente	0	-1.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.780	135.715
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.780	135.715
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,20646	156,59182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.780	135.715
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.780	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.560	135.715

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-890	-2.257
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-372	876
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-2.780	137.595
6.01.01.02	Depreciação	61	64
6.01.01.03	Amortização	0	599
6.01.01.04	Perdas estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa599	35	57
6.01.01.05	Amortizações de Arrendamento Mercantil	74	74
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	2.125	5.168
6.01.01.08	Baixa e ativos e passivos relacionados a alienação	0	-142.003
6.01.01.10	Despesa com Juros sobre arrendamentos	7	12
6.01.01.11	Receita com juros sobre mútuos, controladas e acionistas	-338	-2.589
6.01.01.12	Baixa Imobilizado e Itangível	0	15
6.01.01.14	Provisão para riscos processuais	271	0
6.01.01.15	Provisão de IR e CSLL	0	1.880
6.01.01.16	Juros sobre os parcelamentos de impostos e contribuições	0	4
6.01.01.17	Juros sobre atrasos de impostos e conbribuições	173	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-518	-3.133
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-65	-31
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-1	-1
6.01.02.04	Outros Ativos Circulantes	35	-897
6.01.02.06	Fornecedores	-412	-137
6.01.02.07	Salários e Encargos a Pagar	0	-152
6.01.02.08	Impostos e Contribuições a Recolher	-18	-2.126
6.01.02.10	Outros Passivos Circulantes	-168	213
6.01.02.11	Despesas Antecipadas	119	137
6.01.02.16	Depósitos judiciais	-1	-2
6.01.02.18	Pagamento juros sobre arrendamento	-7	-12
6.01.02.20	Adiantamento a Fornecedores	0	-125
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	21.938	4.772
6.02.06	Partes Relacionadas	22.019	-3.162
6.02.08	Direito de uso em arrendamentos	-81	-74
6.02.09	Ativo mantido para venda	0	8.008
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.048	-2.515
6.03.03	Aumento de Capital	0	-5.104
6.03.04	Dos acionistas não controladores	-21.048	2.589
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	296
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	296

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	815.460	25.196	0	-910.816	-32.874	-103.034
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	815.460	25.196	0	-910.816	-32.874	-103.034
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.780	0	-2.780
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.780	0	-2.780
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	815.460	25.196	0	-913.596	-32.874	-105.814

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	815.460	25.196	0	-947.301	-79.591	-186.236
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	815.460	25.196	0	-947.301	-79.591	-186.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	135.715	0	135.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	135.715	0	135.715
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	815.460	25.196	0	-811.586	-79.591	-50.521

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	160	8.045
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195	49
7.01.02	Outras Receitas	0	8.053
7.01.02.02	Outras Receitas	0	8.053
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-35	-57
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-540	-1.167
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-540	-1.167
7.03	Valor Adicionado Bruto	-380	6.878
7.04	Retenções	-135	-737
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-135	-737
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-515	6.141
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.803	132.221
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.125	-5.168
7.06.02	Receitas Financeiras	322	2.498
7.06.03	Outros	0	134.891
7.06.03.01	Provisão para perdas em investimentos	0	134.891
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.318	138.362
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.318	138.362
7.08.01	Pessoal	213	693
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	409
7.08.01.02	Benefícios	132	189
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	12
7.08.01.04	Outros	81	83
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	136	1.967
7.08.02.01	Federais	4	1.953
7.08.02.02	Estaduais	105	22
7.08.02.03	Municipais	27	-8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	113	-13
7.08.03.01	Juros	180	12
7.08.03.02	Aluguéis	-87	-60
7.08.03.03	Outras	20	35
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.780	135.715
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.780	135.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	10.196	10.897
1.01	Ativo Circulante	2.629	3.036
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	248	565
1.01.03	Contas a Receber	1.016	995
1.01.03.01	Clientes	1.016	995
1.01.06	Tributos a Recuperar	180	169
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	180	169
1.01.07	Despesas Antecipadas	154	276
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.031	1.031
1.01.08.03	Outros	1.031	1.031
1.01.08.03.01	Outros Créditos	896	896
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	135	135
1.02	Ativo Não Circulante	7.567	7.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.922	4.015
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.131	1.142
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.131	1.142
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.791	2.873
1.02.01.10.03	Outros Créditos	2.056	2.138
1.02.01.10.06	Bens Disponíveis para Venda	735	735
1.02.03	Imobilizado	771	907
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	478	540
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	293	367
1.02.04	Intangível	2.874	2.939
1.02.04.01	Intangíveis	2.874	2.939
1.02.04.01.02	Vida útil indefinida	1.169	1.169
1.02.04.01.03	Vida útil definida	1.705	1.770

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	10.196	10.897
2.01	Passivo Circulante	96.974	95.853
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	297	305
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	297	305
2.01.02	Fornecedores	2.394	2.423
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.394	2.423
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.178	72.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.178	72.800
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	74.178	72.800
2.01.05	Outras Obrigações	20.105	20.325
2.01.05.02	Outros	20.105	20.325
2.01.05.02.05	Outros Contas a Pagar	8.943	9.183
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	25	14
2.01.05.02.08	Provisão para riscos processuais	9.119	9.119
2.01.05.02.10	Parcelamentos Judiciais	1.677	1.644
2.01.05.02.11	Arrendamento Custo Amortizado	341	365
2.02	Passivo Não Circulante	18.959	17.996
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	304	417
2.02.01.02	Debêntures	304	417
2.02.01.02.01	Fornecedores	304	417
2.02.02	Outras Obrigações	1.926	870
2.02.02.02	Outros	1.926	870
2.02.02.02.03	Arrendamento Custo Amortizado	29	86
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições a Recolher	784	784
2.02.02.02.08	Empréstimos com Partes Relacionadas	1.113	0
2.02.04	Provisões	16.729	16.709
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.435	14.435
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Processuais	14.435	14.435
2.02.04.02	Outras Provisões	2.294	2.274
2.02.04.02.05	Outras Contas a Pagar	1.107	1.108
2.02.04.02.06	Parcelamentos Judiciais	1.187	1.166
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-105.737	-102.952
2.03.01	Capital Social Realizado	815.460	815.460
2.03.02	Reservas de Capital	25.196	25.196
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3	-3
2.03.02.07	Reserva de Capital	25.199	25.199
2.03.04	Reservas de Lucros	-32.874	-32.874
2.03.04.10	Transações com não-controladores	-32.874	-32.874
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-913.596	-910.816
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	77	82

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	168	84
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-9
3.03	Resultado Bruto	168	75
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.409	137.867
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.398	-3.981
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-1.116	-3.089
3.04.02.02	Honorários da Diretoria	-80	-82
3.04.02.03	Depreciações e Amortizações	-202	-810
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11	141.848
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.241	137.942
3.06	Resultado Financeiro	-1.542	-335
3.06.01	Receitas Financeiras	0	32
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.542	-367
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.783	137.607
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2	-1.901
3.08.01	Corrente	-2	-1.901
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.785	135.706
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.785	135.706
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.780	135.715
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5	-9
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,20646	156,59152

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.785	135.706
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.785	135.706
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.780	135.715
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5	-9

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.347	-4.317
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-230	3.503
6.01.01.01	Lucro do Período antes dos Impostos	-2.783	137.607
6.01.01.02	Depreciação	62	65
6.01.01.03	Amortização	65	671
6.01.01.04	Perdas estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	36	56
6.01.01.05	Amortizações de Arrendamento Mercantil	74	74
6.01.01.08	Provisão para Riscos Processuais	800	1.563
6.01.01.11	Baixa Imobilizado e Intangível	0	15
6.01.01.12	Despesa com Juros sobre arrendamentos	7	12
6.01.01.14	Baixa e ativos e passivos relacionados a alienação	0	-138.619
6.01.01.15	Provisão de IR e CSLL	2	1.901
6.01.01.16	Juros sobre os parcelamentos de impostos e contribuições	2	162
6.01.01.17	Receita com juros sobre mútuos, controladas e acionistas	13	-4
6.01.01.18	Juros sobre atrasos de impostos e contribuições	1.492	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.117	-7.820
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-57	22
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-11	-29
6.01.02.03	Outros Ativos Circulantes	87	-3.179
6.01.02.05	Fornecedores	-888	-151
6.01.02.06	Salários e Encargos a Pagar	-8	-416
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	-120	-2.628
6.01.02.08	Adiantamento de Clientes	11	0
6.01.02.09	Despesas Antecipadas	122	127
6.01.02.10	Outros Passivos Circulantes	-241	124
6.01.02.11	Riscos Processuais	0	-1.563
6.01.02.13	Adiantamento a fornecedores	0	-125
6.01.02.15	Outros Exigíveis	0	7
6.01.02.16	Depósitos Judiciais	-5	3
6.01.02.17	Pagamentos juros sobre arrendamento	-7	-12
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-70	7.638
6.02.04	Partes relacionadas	11	-297
6.02.06	Direito de uso em arrendamentos	-81	-74
6.02.07	Ativo mantido para venda	0	8.009
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.100	4
6.03.06	Aumento de capital	0	4
6.03.08	Empréstimos com Partes Relacionadas	1.100	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-317	3.325
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	565	6.363
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	248	9.688

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	815.460	25.196	0	-910.816	-32.874	-103.034	82	-102.952
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	815.460	25.196	0	-910.816	-32.874	-103.034	82	-102.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.780	0	-2.780	-5	-2.785
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.780	0	-2.780	-5	-2.785
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	815.460	25.196	0	-913.596	-32.874	-105.814	77	-105.737

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	815.460	25.196	0	-947.301	-79.591	-186.236	242	-185.994
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	815.460	25.196	0	-947.301	-79.591	-186.236	242	-185.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	135.715	0	135.715	-9	135.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	135.715	0	135.715	-9	135.706
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	815.460	25.196	0	-811.586	-79.591	-50.521	233	-50.288

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	167	8.088
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195	97
7.01.02	Outras Receitas	8	8.047
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-36	-56
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-880	-3.135
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-880	-3.135
7.03	Valor Adicionado Bruto	-713	4.953
7.04	Retenções	-201	-809
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-201	-809
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-914	4.144
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	332	137.509
7.06.02	Receitas Financeiras	332	2.618
7.06.03	Outros	0	134.891
7.06.03.02	Provisão para perdas em investimentos	0	134.891
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-582	141.653
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-582	141.653
7.08.01	Pessoal	233	1.041
7.08.01.01	Remuneração Direta	14	890
7.08.01.02	Benefícios	132	59
7.08.01.03	F.G.T.S.	6	9
7.08.01.04	Outros	81	83
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	152	2.165
7.08.02.01	Federais	6	1.981
7.08.02.02	Estaduais	119	186
7.08.02.03	Municipais	27	-2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.818	2.741
7.08.03.01	Juros	1.851	2.626
7.08.03.02	Aluguéis	-72	-44
7.08.03.03	Outras	39	159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.785	135.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.780	135.715
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-5	-9

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Nexpe Participações S.A. – Em Recuperação Judicial – (“Nexpe” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o seu Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Mensagem da Administração

A Companhia passou por um profundo processo de reestruturação nos últimos anos, com a adoção de um Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) que previu a alienação de ativos operacionais e a mudança do seu modelo de atuação.

Após conclusão das vendas das quatro Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), conforme previsto no PRJ, a Companhia passou a operar com uma estrutura administrativa reduzida, com foco na gestão dos contratos de licenciamento de suas marcas e na administração financeira dos recebíveis decorrentes das vendas das UPIs Abyara, MF e Bamberg, bem como na execução dos compromissos estabelecidos no PRJ. Essa nova configuração operacional resultou em reduções significativas de custos fixos e de despesas com infraestrutura e pessoal. Adicionalmente, a Nexpe também passou a dedicar esforços à estruturação do passivo fiscal, bem como à avaliação de oportunidades estratégicas, incluindo possíveis operações societárias.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a condução responsável do processo de recuperação judicial, com foco na reestruturação dos passivos, na busca de oportunidades para possíveis operações societárias que preservem valor para seus stakeholders e maximizem o valor da Companhia.

No quadro a seguir, apresentamos a composição do EBITDA¹ e do EBITDA Ajustado¹ das operações continuadas do Grupo, partindo do resultado apurado nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, conforme conciliado com as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, em linha com a Instrução CVM 156/22.

(em R\$ mil, exceto %) ¹	Períodos encerrados em			
	31 de dezembro de 2025 e 2024			
Medições não contábeis	2026	AH%	2025	AH%
			(Reapresentado)	
(Prejuízo)lucro atribuído aos acionistas controladores	-2.780	-102,12%	131.471	-767,81%
(Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-5	-44,44%	-9	-100,49%
(Prejuízo)lucro do período	-2.785	-102,12%	131.462	-836,77%
(+) Resultado financeiro	1.542	-66,32%	4.579	21,49%
(-) Imposto de renda e contribuição social	2	-99,89%	1.901	144,97%
(-) Depreciação e amortização	202	-75,06%	810	-69,15%
EBITDA (1)	-1.039	-100,75%	138.752	-1400,15%
(-) Ajuste ao valor recuperável de ativos	0	0%	2.104	100%
EBITDA Ajustado das operações continuadas (1)	-1.039	-100,75%	140.856	-1419,87%

Por fim, agradecemos novamente o comprometimento e a parceria de nossa equipe, que tem demonstrado competência e resiliência excepcionais.

1 O EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (“IFRS”), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. O Grupo utiliza o EBITDA e o EBITDA Ajustado das operações continuadas como indicadores adicionais de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Comentário do Desempenho

- **Relacionamento com os auditores independentes**

A Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. (“BDO”) para a prestação de serviços de revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

As políticas da Nexpe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

A BDO não foi contratada para prestar qualquer outro serviço que não o relacionado a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, no trimestre findo em 31 de março de 2026.

Charles de Castro

CEO, CFO & IRO do Grupo

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Nexpe Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Nexpe” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão. A Companhia passou por um profundo processo de reestruturação nos últimos anos, com a adoção de um Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) que previu a alienação de ativos operacionais e a mudança do seu modelo de atuação.

Após conclusão das vendas das quatro Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”), conforme previsto no PRJ, a Companhia passou a operar com uma estrutura administrativa reduzida, com foco na gestão dos contratos de licenciamento de suas marcas e na administração financeira dos recebíveis decorrentes das vendas das UPIs Abyara, MF e Bamberg, bem como na execução dos compromissos estabelecidos no PRJ. Essa nova configuração operacional resultou em reduções significativas de custos fixos e de despesas com infraestrutura e pessoal. Adicionalmente, a Nexpe também passou a dedicar esforços à estruturação do passivo fiscal, bem como à avaliação de oportunidades estratégicas, incluindo possíveis operações societárias.

A Administração da Companhia permanece comprometida com a condução responsável do processo de recuperação judicial, com foco na reestruturação dos passivos, na busca de oportunidades para possíveis operações societárias que preservem valor para seus stakeholders e maximizem o valor da Companhia.

1.1 Processo de Recuperação Judicial

Não obstante os esforços assumidos pela Administração da Companhia nos últimos anos, em conjunto com assessores financeiros e legais, a fim de diminuir os impactos negativos causados pelas contingências trabalhistas do Grupo Nexpe e pela queda de faturamento que o mercado imobiliário sofreu durante os anos da pandemia da COVID-19, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade, a apresentação de pedido de recuperação judicial, Ad Referendum da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, conforme disposto pela Lei 6.404/1976 (“LSA”) e demais disposições legais aplicáveis. A Companhia, em conjunto com seus assessores legais e financeiros envidou e continuará envidando seus melhores esforços para a condução da recuperação judicial a fim de que a transitória crise financeira enfrentada pela Companhia e pelas demais empresas do Grupo Nexpe seja superada o mais rápido possível.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia, em conjunto com 7 de suas controladas (Abyara, Basimóvel, Bamberg, Global, MF Consultoria, Tropical e Niterói), nos termos da Lei nº 11.101/05 (“LRF”) e da LSA, requereu recuperação judicial, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, pelo seu acionista controlador e pelos sócios quotistas das demais empresas do Grupo Nexpe.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pedido, distribuído sob o nº 1016636-15.2023.8.26.0100, tramita perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (respectivamente, a "Recuperação Judicial" e o "Juízo da Recuperação Judicial").

Em 15 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento da Recuperação Judicial determinando, entre outras providências:

- (i) a nomeação da ACFB – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, para atuar como administradora judicial na Recuperação Judicial;
- (ii) suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo Nexpe, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 6º da LRF;
- (iii) expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de Recuperação Judicial; e
- (iv) apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo Nexpe no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF ("Plano de Recuperação Judicial" ou "Plano").

Em 24 de abril de 2023, o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") foi tempestivamente apresentado. O Plano refletiu as discussões mantidas até aquele momento, entre o Grupo Nexpe, sua assessoria financeira e jurídica, seu acionista controlador e seus principais credores, estabelecendo os termos e condições propostos para as principais medidas a serem adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira do Grupo Nexpe e à manutenção das suas atividades.

Em 2 de outubro de 2023, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores ("Assembleia"), para realização presencial em primeira convocação, no dia 26 de outubro de 2023, ocasião em que a Assembleia seria instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor. Entretanto, não houve quórum nessa data para a instalação, portanto, a Assembleia foi instalada, em sua segunda convocação, no dia 13 de novembro de 2023. Após sua instalação, os credores deliberaram por unanimidade a sua suspensão com retomada no dia 7 de dezembro de 2023.

Previamente à retomada da assembleia, em 6 de dezembro de 2023, o Grupo Nexpe apresentou nova versão de seu PRJ, refletindo as negociações mantidas junto aos seus principais credores até aquele momento.

Essa versão do PRJ foi devidamente aprovada por ampla maioria dos credores na Assembleia Geral de Credores ("AGC") realizada no dia 7 de dezembro de 2023, na qual os votos foram computados em dois cenários, sendo que em ambos houve maciça aprovação dos credores.

A Administradora Judicial, empresa que conduziu a AGC, supervisiona a recuperação judicial e auxilia o Juízo, reconheceu que o Plano foi devidamente aprovado. Também o Juízo da Recuperação Judicial reconheceu que o Plano foi aprovado de acordo com o quórum legal (decisão proferida em 15/01/2024 e constante às fls. 7445/7447 dos autos do processo).

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude da aprovação do PRJ pelos credores, a Companhia, consubstanciada pelos seus assessores jurídicos externos procedeu com o registro dos deságios previstos em cada Classe correspondente (Fornecedores, Salários, provisões e contribuições sociais e Provisão para riscos processuais). Adicionalmente, a partir da aprovação do PRJ em 7 de dezembro de 2023, os deságios estipulados no PRJ foram aplicados aos valores das contingências provisionadas, vide Nota Explicativa nº 21. Isso se deu considerando que todas as contingências discutidas em processos em andamento, com a probabilidade de perda considerada como provável, consubstanciada pelos assessores jurídicos externos da Companhia, cuja origem remonta a antes do requerimento de Recuperação Judicial em 13 de fevereiro de 2023, caso se concretizem, devem ser incluídas no processo de Recuperação Judicial e, portanto, estarão sujeitas às condições aprovadas no PRJ.

1.2 Concessão da Recuperação Judicial

Após a aprovação do PRJ pela assembleia geral de credores, a Nexpe e suas subsidiárias em recuperação apresentaram suas respectivas certidões negativas de débitos tributários – requisito necessário para a concessão da recuperação judicial, nos termos do artigo 57 da Lei 11.101/05 – com exceção da Global Consultoria Imobiliária Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Global Consultoria"), que em razão da existência de obrigações fiscais acessórias, teve dificuldades de emitir sua CND junto à receita federal.

Amparado pelos pareceres favoráveis do Ministério Público e do Administrador Judicial, em 23 de abril de 2024 o Juízo competente pela recuperação judicial da Nexpe e suas subsidiárias proferiu decisão confirmando os termos do PRJ (com ressalvas quanto à previsão no plano de extinção de protestos e de extensão dos efeitos da recuperação judicial a coobrigados das recuperandas) e concedendo a recuperação judicial, outorgando prazo de um ano para que seja apresentada a CND da Global Consultoria. Em 25 de abril de 2024, a Companhia obteve a CND da Global, a qual foi apresentada ao Juízo competente de forma cumprir a ressalva indicada no processo.

A decisão de concessão da recuperação judicial foi publicada em 26 de abril de 2024, de certo que todos os prazos previstos no plano passaram a ser contados a partir de 29 de abril de 2024, primeiro dia útil após a publicação.

Em 24 de maio de 2024 o Grupo Nexpe deu início ao cumprimento do seu PRJ por meio do pagamento das seguintes classes e subclasses de credores, conforme definido: (i) credores classe I de natureza estritamente salarial, nos termos da cláusula 8.3.1 do plano; (ii) credores quirografários e ME/EPP opção A, nos termos da cláusula 8.5.3 do plano; (iii) credores quirografários e ME/EPP colaboradores, nos termos da cláusula 8.7.3 do plano; e (iv) credores ME/EPP opção A, nos termos da cláusula 8.6.3 do plano.

Até 31 de março de 2026 foram realizados os seguintes pagamentos, segregados por classe:

Descrição	Consolidado	
	Mar/26	Dez/25
Classe I	36	1.674
Classe III	87	376
Classe IV	89	359
Total	212	2.409

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Continuidade das operações

O direcionamento estratégico foi implantado tendo como driver a rentabilidade dos negócios. Além disso, de forma melhorar a rentabilidade das unidades de negócios, ao longo dos últimos anos se fizeram necessários ajustes na estrutura operacional, que trouxeram consigo a percepção da criticidade da sobrevivência para que fosse possível o êxito e equilíbrio financeiro.

Através desse direcionamento, foram tomadas as decisões de descontinuar a Basimóvel em dezembro de 2022, em fevereiro de 2023 a Abyara foi licenciada deixando de ser operacional e em julho de 2023, a carteira de locação e loteamento da Tropical foi cedida, passando a ser uma controlada não operacional. Adicionalmente, em março de 2024, de forma semelhante, a carteira de locação da subsidiária Niterói foi cedida, também passando a ser uma unidade não operacional.

Como estabelecido no PRJ aprovado pelos credores, as proposições estabelecidas como solução mais eficiente para a equalização e liquidação de parte substancial do passivo das Recuperandas, são: (a) a reestruturação do passivo das Recuperandas, mediante a aplicação de descontos, novos prazos para pagamento e novos índices de correção monetária; (b) a alienação de bens, organizados ou não em unidades produtivas isoladas; (c) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos pelas Recuperandas ao longo do exercício de suas atividades; (d) possibilidade de captação de novos recursos pelas Recuperandas para a implementação da retomada operacional; (e) preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das Recuperandas; e (f) cessão onerosa de parte da carteira de clientes.

O PRJ previu a alienação de bens do Grupo Nexpe como um dos meios de recuperação, na forma de unidades produtivas isoladas ("UPI's"). Essa modalidade está dividida em 2 capítulos dentro do PRJ, sendo:

- 1) **Credimorar:** As Recuperandas constituíram a NewCo composta por: (i) 100% (cem por cento) das quotas de titularidade da Nexpe na Credimorar; e (ii) dívida da Nexpe com o credor financeiro, no montante de aproximadamente R\$ 69,2 milhões na data-base Outubro de 2024. Além disso, foi prevista a possibilidade de utilização de créditos detidos por credores (*credit bid*) na composição das propostas fechadas, inclusive mediante o consentimento de transferência das respectivas obrigações pela Nexpe à NewCo para subsequente capitalização de créditos pelos credores na NewCo.
- 2) **Outras UPI's:** as Recuperandas adicionalmente constituíram as UPIs Marcas para transferência dos ativos e passivos operacionais de suas respectivas titularidades e posterior alienação, sendo os mesmos: BMBRG (UPI Bamberg) e MFCI Consultoria (UPI MF) e ABBR (UPI Abyara).

Como resultado do processo competitivo para alienação das UPIs, em 19 de fevereiro de 2025 foi proferida decisão homologando as quatro propostas apresentadas, conforme abaixo descritas:

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1) **UPI NewCo Credimorar:** Proposta apresentada por Promontoria 276 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, no valor de R\$ 72.551.656,29, composta por (a) *Credit Bid* no valor de R\$ 64.551.656,29 (mediante transferência das respectivas obrigações pela Nexpe à NewCo para subsequente capitalização dos créditos pelo proponente na NewCo); e (b) pagamento em moeda corrente nacional de R\$ 8.000.000,00;
- 2) **UPI MF:** Proposta de The Best Consultoria Imobiliária Ltda. no valor de R\$ 5.730.000,00, mediante pagamento em 120 parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 9.550,00; ; e o saldo restante será pago através de Contrato de Licenciamento de Marca celebrado entre as partes pelo prazo de 120 meses, com valor de cada parcela sendo o equivalente a 3% sobre o valor da receita bruta mensal aferida pela UPI MF, observado o valor mínimo de R\$ 26.000,00 e máximo de R\$ 52.000,00, ambos valores atualizados anualmente pela variação do IPCA.
- 3) **UPI Bamberg:** Proposta de Ana Flávia Eichenberger Guimarães no valor de R\$ 5.447.000,00, mediante pagamento em 120 parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 9.078,34, para fins de preço de aquisição; e o saldo restante será pago através de Contrato de Licenciamento de Marca celebrado entre as partes pelo prazo de 120 meses, com valor de cada parcela sendo o equivalente a 3% sobre o valor da receita bruta mensal aferida pela UPI Bamberg, observado o valor mínimo de R\$ 26.000,00 e máximo de R\$ 52.000,00, ambos valores atualizados anualmente pela variação do IPCA;
- 4) **UPI Abyara:** Proposta de Quantum Partners Intermediação Imobiliária Ltda. no valor de R\$ 970.000,00, mediante pagamento em 110 parcelas mensais, iguais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do IPCA.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e principais políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem as informações contábeis intermediárias individuais, identificadas como Controladora, e as informações contábeis intermediárias consolidadas, identificadas como consolidado.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e com a IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

informações contábeis intermediárias Nas informações contábeis intermediárias da Nexpe e de suas controladas foram consideradas determinadas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos processuais, conforme descrito na nota explicativas nº 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de perda esperada. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação de suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis e somente elas, então sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2026.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios, conforme aplicável e descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base.

A Companhia e suas controladas prepararam essas informações contábeis intermediárias com base no pressuposto de continuidade operacional.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia e suas investidas determinam suas próprias moedas funcionais, sendo que para os períodos apresentados, a Companhia e suas investidas possuem a moeda funcional Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4. Bases de consolidação e investimento em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas no período findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, que não resulte em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- 4) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias consolidadas;
- 5) As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no período comparativo;
- 6) A Companhia consolida suas informações contábeis intermediárias com as de suas controladas, considerando o mesmo período de divulgação;
- 7) Para fins de consolidação, a Companhia utilizou como critério o IFRS 10/CPC 36 (R2) que introduz um modelo de controle único para determinar quando um investimento deve ser consolidado.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, os investimentos e os resultados das suas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção das participações detidas nas referidas entidades investidas.

Quando a Companhia exerce controle conjunto de uma investida ou possui influência significativa em uma coligada, os investimentos e os resultados dessas investidas são tratados pelo método da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, na proporção das participações detidas nas referidas entidades controladas em conjunto e coligadas. Para os exercícios reportados nestas informações contábeis intermediárias, a Companhia não possuía investimentos em coligadas e controladas em conjunto.

Segue abaixo quadro demonstrando as controladas da Companhia, e a participação detida pela Companhia nessas investidas no período findo em 31 de março de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Razão Social	Denominação	Participação (%)		Informações adicionais
		Mar/26	Dez/25	
NAB Administradora Ltda.	NAB	100	100	Licenciada
NBG Administração Ltda.	NBG Imóveis	100	100	Operacional
Basimóvel Administradora Ltda.	Basimóvel	100	100	Não Operacional
NXP Intermediação e Licenciamento Ltda.	NXP	100	100	Operacional
Credimorar Serviços Financeiros Ltda. (***)	Credimorar	-	-	Operacional
Global Consultoria Imobiliária Ltda.	Global	100	100	Não Operacional
LBR Brokers Negócios Imobiliários Ltda.	Liborio	78	78	Licenciada
Marcos Koenigkan Consultoria Imobiliária S.A.	Marcos Koenigkan	100	100	Não Operacional
MF Administradora Ltda.	Ética	100	100	Operacional
Niterói Administradora de Imóveis Ltda. (*)	Niterói	100	100	Não Operacional
Pointer Consultoria Imobiliária S.A.	Pointer	100	100	Não Operacional
Rede Morar Ltda.	Rede Morar	100	100	Não Operacional
Tropical Corretora e Consultoria Imobiliária Ltda.	Tropical	100	100	Não Operacional
ABBR Administradora Ltda. (**)	UPI Abyara	93	93	Não Operacional
BMBRG Administradora de Imóveis Ltda. (**)	UPI Bamberg	-	-	Não Operacional
CDMR Participações Ltda. (***)	CDMR	-	-	Não operacional
MFCI Consultoria Imobiliária Ltda. (**)	UPI MF	-	-	Não operacional

(*) Em 8 de fevereiro de 2024 a administração decidiu descontinuar as operações da subsidiária Niterói, adicionalmente em 11 de março de 2024 foi assinada a cessão de direitos sobre a carteira de locação administrada pela subsidiária Niterói. Com isso, a empresa se tornou não operacional.

(**) UPIS constituídas no segundo trimestre de 2024. Na mesma época as UPIS foram classificadas como ativo mantido para venda. Em fevereiro e março de 2025 as UPIS (ABBR Administradora Ltda, BMBRG Administradora Ltda e MFCI Consultoria Imobiliária Ltda foram vendidas.

(***) Em outubro de 2024 a empresa Credimorar Serviços Financeiros Ltda foi cedida parcialmente para a empresa CDMR Participações Ltda de acordo com o processo de recuperação judicial. Na mesma época a empresa CDMR Participações Ltda foi classificada como ativo mantido para venda. Em março de 2025 a Credimorar Serviços Financeiros Ltda foi vendida.

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão apresentadas a seguir.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) dinheiro em caixa; (ii) depósitos bancários; e (iii) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da sua contratação.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários da Companhia e suas controladas geralmente são mantidas para utilização em um prazo mais longo que os saldos mantidos como caixa e equivalentes de caixa ou não possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sem risco de perda de valor. Os títulos e valores mobiliários são acrescidos por juros e atualização monetária, e deduzidos de perdas ao valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

c) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP). São constituídas perdas esperadas para créditos com liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

As contas a receber são registradas pelo valor presente dos serviços prestados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade da Companhia e suas controladas, menos os tributos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários (quando aplicável).

Com base no CPC 48 – Instrumentos financeiros, equivalente ao IFRS 9, ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros, com base em estimativas de perdas esperadas para os próximos 12 meses. A perda de crédito esperada se baseia na diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais que são devidos à Companhia e suas controladas, de acordo com o contrato, quando aplicável, e todos os fluxos de caixa que Companhia e suas controladas esperam receber, descontados com base na taxa de juros efetiva original.

d) Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido e mensurado conforme descrito no item “Combinação de negócios”.

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio são reconhecidas no período subsequente.

Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

f) Participações de não controladores

Em uma combinação de negócios sem aquisição de participação integral na controlada, a adquirente pode mensurar a participação de não-controladores na adquirida utilizando um dos seguintes critérios: pelo valor justo ou pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças posteriores à combinação de negócios na participação detida em uma subsidiária, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações com não-controladores em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

e) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A controladora adota o regime de lucro real que considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade.

No que tange às controladas, a Companhia avalia anualmente as projeções futuras, com o intuito de enquadrar cada uma de suas controladas no regime tributário com mais eficiência, podendo variar entre o lucro real ou presumido, conforme facultado pela legislação tributária. No regime de lucro presumido, a provisão para o imposto de renda é constituída trimestralmente, à alíquota de 15%, acrescido o adicional de 10% (sobre a parcela que exceder R\$ 60 do lucro por trimestre), aplicada sobre a base de 32% das receitas de prestação de serviços, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base de 32% das receitas de prestação de serviços, sendo as receitas financeiras e demais receitas, tributadas integralmente de acordo com as alíquotas vigentes de IRPJ e CSLL.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**Impostos correntes

O imposto corrente no regime do lucro real exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia e suas controladas, suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas informações contábeis intermediárias e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou (ii) a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia e suas controladas, em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de ser reconhecida no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear de acordo com a respectiva vida útil econômica.

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas estão demonstrados ao custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos imobilizados e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As vidas úteis estimadas dos itens do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia e suas controladas esperam exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (vide item "o" desta nota explicativa).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos, separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Os ativos intangíveis da Companhia e suas controladas estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****i) Arrendamentos**

Com base no que dispõe o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16, adotado pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2019 na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o direito de uso e o passivo de arrendamento. A Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos.

A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato.

Se ocorrer alguma alteração do fluxo de caixa esperado no contrato, o passivo é prontamente remensurado.

A Companhia e suas controladas amortizam o ativo de direito de uso pelo método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento.

A Companhia e suas controladas usaram determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicaram os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16.

A Nexpe possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes à imóveis. A mensuração desses arrendamentos inclui: i. uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo; ii. revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; iii. utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos; dentre outras.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A provisão pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias ou quando a obrigação for liquidada.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

A Companhia detém natureza de sociedade patrimonial (*holding*), cujas sociedades controladas desenvolvem atividades (i) de intermediação imobiliária mediante atuação física e digital e (ii) intermediação de concessão de créditos imobiliários mediante parceria com algumas instituições financeiras. Como consequência, a Companhia está sujeita tanto a fenômenos extrínsecos (aspectos mercadológicos, macro e microeconômicos e de políticas públicas), como intrínsecos (próprios da sua estrutura e da operação de suas controladas), o que envolve riscos próprios de natureza administrativa, tributária, trabalhista, cível, criminal e ambiental, riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, além de riscos decorrentes de incidentes de segurança cibernética que podem resultar em acesso indevido a informações confidenciais ou sensíveis, em todos os casos, com potencial de gerar danos financeiros e reputacionais à Companhia. Com destaque ao aspecto trabalhista diante das discussões sobre a existência ou não de vínculo empregatício entre corretores autônomos e imobiliárias.

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer as principais diretrizes e responsabilidades relacionadas à identificação, à análise e ao gerenciamento dos riscos a ela aplicáveis, em atendimento às leis, regulamentos e às boas práticas de mercado e de governança corporativa. Em complemento, a Companhia conta com assessores externos, independentes, que contribuem com o monitoramento, mensuração e adoção de providências voltadas ao afastamento, mitigação ou condução dos fatores e correlatos impactos. As estimativas consideram as boas práticas contábeis e as respectivas normas aplicáveis.

De forma semestral, em junho e dezembro de cada exercício, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas reconhecem, ainda, provisões referentes a férias, 13º salário e encargos sociais incidentes sobre essas remunerações, de acordo com a quantidade de períodos trabalhados pelos funcionários, ou seja, de acordo com as obrigações devidas, mas não efetivadas, em cada exercício.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, os saldos de ativos e passivos são demonstrados como não circulantes.

l) Reconhecimento de receita

Com a adoção do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 15, aplicável para exercícios encerrados em ou após 1º de janeiro de 2018, a receita de serviços passou a ser mensurada com base no valor justo da contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos incidentes, sendo registrada quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.

Serviços de Intermediação Imobiliária:

As entidades do Grupo formalizam contratos com os clientes e reconhecem a receita de prestação de serviços mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Neste critério o reconhecimento da receita é realizado após o aceite do proprietário ou incorporador nos contratos de compra, venda ou locação do imóvel. As receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e os seus valores puderem ser confiavelmente mensurados.

Royalties:

Dentre os segmentos de atuação (vide nota explicativa nº 30) a Companhia possui contratos de franquias com franqueados, cuja receita é composta por uma taxa variável. O valor da taxa periódica é definido por um percentual contratual, considerando transações imobiliárias da franqueada em um determinado período. O reconhecimento desta receita ocorre quando o contrato de intermediação imobiliária ou intermediação de locação é assinado entre as partes.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Serviços Financeiros:

Refere-se a receita de promoção e oferta de produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, com reconhecimento da receita após a celebração do contrato referente a aquisição dos produtos e serviços financeiros imobiliários entre as partes.

m) Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

n) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que: i. representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ii. é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou iii. é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Com base no CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, equivalente ao IFRS 5, quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

p) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação, equivalente ao IAS 33.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A Companhia e suas controladas apresentam os dividendos recebidos como atividade de investimento e os dividendos pagos como atividade operacional, conforme permitido pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, equivalente ao IAS 7.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Demonstrações dos valores adicionados

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Informações por Segmento

A Companhia possui três segmentos operacionais (vide nota explicativa nº 30). Os resultados alocados por estes segmentos são reportados ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia e suas controladas, e incluem apenas aqueles itens considerados como diretamente atribuíveis aos segmentos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**3.1. Julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requerem que a Diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****3.2. Estimativas e premissas****a) Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado**

A Companhia e suas controladas revisam as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Existem incertezas que são inerentes às estimativas realizadas pela Companhia na determinação das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado. A vida útil do ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia, sendo tal estimativa uma questão de julgamento baseado na experiência da Diretoria da Companhia com ativos semelhantes. Durante o exercício corrente, como resultado desta avaliação, a Diretoria estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício comparativo.

b) Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis e, quando aplicável, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, impostos a recuperar são reconhecidos à medida que a Companhia e suas controladas possuem expectativa de realização de tais saldos, seja por compensação com outros tributos, seja por pedido de restituição.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. A Companhia e suas controladas determinam o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados.

A Companhia e suas controladas monitoram os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

f) Cálculo da provisão para perdas

Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas usam informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante de inadimplência. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis.

g) Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos

As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia e suas controladas considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia e suas controladas utilizaram informações dos contratos de arrendamento, e adotaram premissas, tais como a estrutura de capital do Grupo e o risco do ambiente econômico do país.

4. Novas normas e interpretações**4.1. Principais pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:**

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissão (*allowance*) e Crédito de Descarbonização Aprovada em 2024 pelo CPC, CFC e CVM.

Esta orientação torna-se obrigatória para exercícios iniciados em ou após 01/01/2025. Ela estabelece requisitos de reconhecimento, mensuração e evidenciação para créditos de descarbonização em todas as fases (originação, negociação, aquisição e uso/aposentadoria), bem como para os passivos associados a obrigações legais ou não formalizadas de descarbonização.

b) Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Falta de Intercambiabilidade (*Lack of Exchangeability*).

Por meio da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, foram incorporadas alterações que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações exigem divulgações que permitam aos usuários compreenderem como a falta de convertibilidade afeta o desempenho e a posição financeira da Companhia.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09 – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

Emitidas

em setembro de 2024, estas alterações visam alinhar as normativas brasileiras aos padrões internacionais, contemplando atualizações na aplicação do método da equivalência patrimonial.

As alterações descritas nos itens “a)” a “c)” acima não tiveram impacto nas informações contábeis intermediárias da Companhia, bem como não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que entraram em vigor pela primeira vez em 2025, que também causassem impactos.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2025, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros).

Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

A Administração iniciou um plano de transição para a adoção da IFRS 18 / CPC 51, que inclui o mapeamento dos subtotais a serem apresentados na Demonstração do Resultado, a revisão das políticas de agregação e desagregação de informações e a definição das medidas de desempenho utilizadas internamente. Esse trabalho será conduzido ao longo de 2026, de forma a preparar a Companhia para a adoção obrigatória da norma a partir de 2027.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

4.3. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Reapresentação das cifras de 31 de março de 2025 apresentadas de forma comparativa

Ao longo do exercício de 2025, a Administração da Companhia identificou a necessidade de proceder a determinados ajustes relacionados a fatos geradores vinculados ao período findo em 31 de dezembro de 2024, os quais impactaram a adequada mensuração de ativos e passivos naquela data-base. Em detrimento aos ajustes identificados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve a necessidade de retroagir, para comparabilidade, os efeitos no período findo em 31 de março de 2025, como apresentado abaixo. Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as informações contábeis intermediárias comparativas estão sendo reapresentadas para refletir, de forma retrospectiva, os efeitos desses ajustes.

	31 de março de 2025					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração de resultado						
Receita operacional líquida	42	-	42	84	-	84
Custos dos serviços prestados	-	-	-	(9)	-	(9)
Despesas operacionais	(1.833)	-	(1.833)	(3.089)	-	(3.089)
Honorários de diretoria	(82)	-	(82)	(82)	-	(82)
Depreciações e amortizações	(736)	-	(736)	(810)	-	(810)
Ajuste de valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	-
Outras despesas e receitas operacionais	142.954	-	142.954	141.848	-	141.848
Equivalência patrimonial (a)	(5.168)	(3.807)	(8.975)	-	-	-
Resultados financeiros (a)	2.418	(437)	1.981	(335)	(4.244)	(4.579)
Provisão IRPJ/CSLL	(1.880)	-	(1.880)	(1.901)	-	(1.901)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	135.715	(4.244)	131.471	135.706	(4.244)	131.462
	31 de março de 2025					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa método indireto						
Fluxo de caixa operacional	139.746	-	139.746	134.302	-	134.302
Fluxo de caixa de investimentos	(137.231)	-	(137.231)	(130.981)	-	(130.981)
Fluxo de caixa de financiamento	(2.515)	-	(2.515)	4	-	4
Aumento ou redução de Caixa	-	-	-	3.325	-	3.325

(a) No quarto trimestre de 2024, a administração da Companhia contratou consultoria especializada para assessorá-la na estruturação de proposta de transação individual junto à PGFN, no contexto da Recuperação Judicial.

À época da elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2025, encontravam-se em curso negociações com expectativa fundamentada de descontos relevantes, bem como incerteza quanto ao montante final dos passivos após eventual homologação.

Em 31 de março de 2026 Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao longo de 2025, após levantamento integral dos débitos tributários, recálculo da atualização pela taxa SELIC e apuração das multas legais até dezembro de 2025, a Administração da Companhia concluiu que parcela relevante dos encargos estava vinculada a fatos geradores ocorridos até 31 de março de 2025.

No consolidado, o ajuste total no resultado financeiro referente ao período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 4.244 mil.

Em razão das limitações operacionais dos sistemas da Receita Federal do Brasil, especialmente o Portal e-CAC, não é possível a extração de posições históricas retroativas em datas intermediárias. A mensuração retrospectiva em bases trimestrais exigiria a utilização de estimativas baseadas em visão retrospectiva (hindsight), não suportadas por evidências objetivas verificáveis junto aos órgãos fazendários, caracterizando impraticabilidade nos termos do pronunciamento técnico CPC 23.

Os referidos ajustes configuram retificação de erro de período anterior, mas não representam mudança de política contábil nem mudança de estimativa contábil, e nem tampouco produziram efeitos nos fluxos de caixa históricos e decorrem da adequada aplicação do regime de competência e da mensuração de obrigações já existentes em 31 de março de 2025.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam entre um dia e três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia e suas controladas.

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos seguintes elementos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Recursos em Caixa	-	-	-	-
Recursos em Conta Corrente	-	-	1	2
Recursos em Aplicações Financeiras	-	-	247	563
Total	-	-	248	565

A taxa média de remuneração total da carteira em 31 de março de 2026 foi de 99,68% do CDI e em 31 de dezembro de 2025 foi de 99,68% do CDI.

7. Contas a receber de clientes e valores a repassar de operações

7.2. Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber em aberto é composto conforme apresentado a seguir:

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Contas a receber de clientes	1.335	1.270	6.784	6.727
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.041)	(1.006)	(5.758)	(5.722)
Ajuste a valor presente	-	-	(10)	(10)
Total	294	264	1.016	995

A parcela do saldo de contas a receber de clientes, classificada no ativo não circulante, está sendo apresentada pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente (AVP) foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 14,90% a.a. em 31 de março de 2026.

Os saldos de contas a receber de clientes têm os prazos de vencimento conforme apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Vincendos acima de 01 a 60 dias	93	108	99	114
Vincendos acima de 61 a 90 dias	26	26	29	29
Vincendos acima de 91 a 180 dias	52	52	61	61
Vincendos acima de 181 a 360 dias	-	-	29	30
Vincendos acima de 360 dias	-	-	497	514
Total de vincendos	171	186	715	748
Vencidos de 01 a 60 dias	64	18	70	24
Vencidos de 61 a 90 dias	16	44	19	46
Vencidos de 91 a 180 dias	61	39	70	48
Vencidos de 181 a 360 dias	39	-	92	50
Vencidos acima de 360 dias	984	983	5.818	5.811
Total de vencidos	1.164	1.084	6.069	5.979
Total	1.335	1.270	6.784	6.727

Abaixo demonstramos a movimentação da conta de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD):

Movimentação PECLD		Controladora		Consolidado	
Descrição		Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Saldo inicial		(1.006)	(1.133)	(5.722)	(5.794)
PECLD resultado		(35)	-	(36)	-
Baixas		-	-	(12)	(12)
Reversão		-	127	-	84
Saldo final		(1.041)	(1.006)	(5.758)	(5.722)

A Companhia e suas controladas possuem procedimentos para acompanhamento e análise de seus recebíveis, cujas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em estimativas consideradas suficientes, no julgamento da Diretoria, para cobrir possíveis perdas na realização do contas a receber. Títulos em aberto com atraso superior da 10 dias são encaminhados para a área de cobrança, que efetua contatos com os devedores para renegociação de prazos e valores.

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imóveis e terrenos disponíveis para venda

A Companhia recebeu imóveis e terrenos como parte de pagamento das comissões de intermediação imobiliária, totalizando o valor de R\$ 340 na controladora e R\$ 735 no consolidado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Esses imóveis e terrenos foram registrados ao valor justo na data da transação, que é equivalente ao valor do serviço prestado. As controladas da Companhia não têm a intenção da manutenção desses ativos, estando, portanto, classificados como disponíveis para venda.

9. Depósitos judiciais

Referem-se aos depósitos recursais de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, reconhecidas pelos seus valores atualizados, conforme demonstrado no quadro abaixo consolidado:

Mar/26	Depósitos Judiciais			
	Ações Trabalhistas	Ações Cíveis	Ações Tributárias	Total
Nexpe *	108	777	-	885
(Provisão)	(108)	(776)	-	(884)
Total Controladora	-	1	-	1
NAB (antiga Abyara)	427	563	79	1.069
Basimóvel	355	98	-	453
NBG (antiga Bamberg)	259	214	11	484
Global	967	212	-	1.179
Liborio	78	25	-	103
Ética	394	40	-	434
Niterói	222	3	3	228
Rede Morar	74	8	-	82
Tropical	112	403	-	515
Outros	58	13	-	71
(Provisão)	(2.946)	(1.575)	(93)	(4.614)
Total Consolidado	-	5	-	5

Dez/25	Depósitos Judiciais			
	Ações Trabalhistas	Ações Cíveis	Ações Tributárias	Total
Nexpe *	108	776	-	884
(Provisão)	(108)	(776)	-	(884)
Total Controladora	-	-	-	-
NAB (antiga Abyara)	427	563	79	1.069
Basimóvel	355	96	-	451
NBG (antiga Bamberg)	259	214	11	484
Global	967	212	-	1.179
Liborio	78	25	-	103
Ética	394	40	-	434
Niterói	222	3	3	228
Rede Morar	74	8	-	82
Tropical	112	401	-	513
Outros	58	13	-	71
(Provisão)	(2.946)	(1.575)	(93)	(4.614)
Total Consolidado	-	-	-	-

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração da Companhia procedeu à avaliação dos saldos registrados no ativo referentes a depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários. No curso dessa avaliação, a Administração da Companhia identificou algumas inconsistências e que até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, não tinha todos os elementos de suporte suficientes e apropriados tais como extratos bancários oficiais, comprovantes de recolhimento ou confirmações formais emitidas por instituições financeiras ou órgãos judiciais competentes que permitissem confirmar, de forma adequada, a existência, titularidade e mensuração dos referidos depósitos judiciais na data-base de 31 de dezembro de 2025.

Considerando essa limitação de evidência, da representação fidedigna e da confiabilidade da informação contábil, previstos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual e no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia, em seu melhor julgamento, deliberou pela constituição de provisão integral sobre os valores registrados a título de depósitos judiciais, evitando, assim, uma potencial superavaliação de ativos, até que se faça um levantamento detalhado e consistente para assegurar que o saldo a ser apurado reflita com exatidão a existência dos depósitos judiciais ativos efetuados pela Companhia.

A Administração da Companhia esclarece que essa medida não representa, por si só, o reconhecimento de perda definitiva, podendo o valor provisionado ser revertido total ou parcialmente, na medida em que venham a ser obtidas evidências documentais suficientes que comprovem a existência e a recuperabilidade dos depósitos judiciais, consubstanciada pelos seus assessores jurídicos e instituições financeiras envolvidas, reforçando seu compromisso com a transparência, a qualidade das informações divulgadas ao mercado e a observância contínua das normas contábeis e regulatórias aplicáveis às companhias abertas

10. Investimentos

a) Informações sobre as controladas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, foram apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas na data-base de 31 de março de 2026.

As controladas da Companhia possuem acordos de acionistas e/ou quotistas. Com relação às deliberações da Diretoria destas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria dessas mesmas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio. As controladas utilizam as mesmas políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, quando aplicável.

A decisão de descontinuidade das operações dessas controladas decorreu de uma análise estratégica da administração, considerando fatores como desempenho financeiro, viabilidade operacional e alinhamento com os objetivos de longo prazo da Companhia. Como resultado, o saldo do ágio correspondente foi integralmente baixado, impactando o resultado do período.

O saldo de investimento é composto como segue:

Descrição	Controladora	
	Mar/26	Dez/25
Investimentos	331	223
Total	331	223

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

Em 31 de março de 2026
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investimentos	Controladora	
Descrição	Mar/26	Dez/25
Saldos iniciais	223	1
Aumento de capital e AFAC (*)	6	(75)
Resultado de Equivalência Patrimonial operação descontinuada	102	297
Saldos finais	331	223

Provisão para perdas em investimentos	Controladora	
Descrição	Mar/26	Dez/25
Saldos iniciais	(112.136)	(171.998)
Aumento de capital e AFAC (*)	22.598	90.396
Transferência do investimento da CDMR para venda (***)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.131)	(30.534)
Saldos finais	(91.669)	(112.136)

(*) 2025 – refere-se aos AFACs nas controladas

(**) Transferência de controle da Credimorar e empréstimos da Holding (*), conforme cisão. (vide nota explicativa nº 10).

(***) Transferência dos investimentos da CDMR para venda conforme plano recuperação judicial. (vide nota explicativa nº 10).

Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NEXPE

em Recuperação Judicial

Mar/26								Dez/25		
Investimento	Participação (%)	Patrimônio líquido	Investimento	AFAC	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Acionista não controlador	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Marcos Koenigkan	100	1	1	-	-	-	-	1	1	-
NXP	100	330	227	(103)	6	-	6	222	222	296
Total		331	228	(103)	6	-	6	223	223	296

Mar/26								Dez/25		
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Provisão para passivo a descoberto	AFAC	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Acionista não controlador	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Provisão para passivo a descoberto	Resultado de equivalência patrimonial
NAB	100	(16.849)	(16.849)	(2.825)	(252)	-	(252)	(16.659)	(16.659)	(2.763)
Basimóvel	100	(5.416)	(5.416)	(2.381)	(177)	-	(177)	(5.271)	(5.271)	(2.171)
NBG	100	(11.759)	(11.759)	(3.476)	(211)	-	(211)	(11.583)	(11.583)	(2.894)
Global	100	(17.853)	(17.853)	(8.250)	(138)	-	(138)	(17.744)	(17.744)	(6.954)
Ética	100	(9.514)	(9.514)	(2.291)	(301)	-	(301)	(9.254)	(9.254)	(3.277)
Libório	78	(1.439)	(1.117)	-	(38)	(5)	(30)	(1.401)	(985)	(607)
Niterói	100	(5.143)	(5.143)	(98)	(125)	-	(125)	(5.079)	(5.079)	(1.553)
Pointer	100	(322)	(322)	(85)	(3)	-	(3)	(325)	(325)	19
Rede Morar	100	(3.440)	(3.440)	(203)	(461)	-	(461)	(25.563)	(25.563)	(3.968)
Tropical	100	(20.256)	(20.256)	(124)	(434)	-	(434)	(19.896)	(19.896)	(5.903)
BBRK	100									
Total		(91.991)	(91.669)	(19.733)	(2.140)	(5)	(2.132)	(112.775)	(112.359)	(30.071)
Total geral		(91.660)	(91.441)	(19.836)	(2.134)	(5)	(2.126)	(112.552)	(112.136)	(29.775)

A seguir informações complementares sobre empresas controladas:

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dez/25						
Investimento	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
Marcos Koenigkan	100	3.517.479	4	3	1	-
NXP	100	4.175.023	414	187	227	-
Total			418	190	228	-

Dez/25						
Provisão para passivo a descoberto	Participação (%)	Número de quotas/ações detidas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita Líquida
NAB	100	14.674.156	1.434	18.283	(16.849)	-
Basimóvel	100	33.275.853	4.084	9.500	(5.416)	-
NBG	100	1.248.673	1.137	12.896	(11.759)	-
Global	100	11.262.417	525	18.378	(17.853)	-
Ética	100	242.242	3.365	12.879	(9.514)	-
Niterói	100	14.985.737	385	5.528	(5.143)	-
Pointer	100	9.933.180	-	322	(322)	-
Rede Morar	100	11.583.317	34	3.474	(3.440)	-
Liborio	78	33.360.464	29	1.468	(1.439)	-
Tropical	100	298.891.564	549	20.805	(20.256)	-
Total			11.542	103.533	(91.991)	-

11. Direito de uso em arrendamentos

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamento financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual. A Nexpe possui contratos de aluguel de salas comerciais.

A seguir, a movimentação do direito de uso em arrendamentos nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Controladora	Direito de uso	Amortização acumulada	Total
Em 31 de dezembro de 2024	2.559	(2.309)	250
Adições	413	(295)	118
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	2.972	(2.604)	368
Adições	-	(74)	(74)
Baixas	-	-	-
Em 31 de março de 2026	2.972	(2.678)	294

Consolidado	Direito de uso	Amortização acumulada	Total
Em 31 de dezembro de 2024	10.692	(10.440)	252
Adições	412	(297)	115
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	11.104	(10.737)	367
Adições	-	(74)	(74)
Baixas	-	-	-
Em 31 de março de 2026	11.104	(10.812)	293

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

Abaixo demonstramos a movimentação do imobilizado nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Controladora	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos, móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2024	902	561	107	238	1.808
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(68)	(68)
Em 31 de dezembro de 2025	902	561	107	170	1.740
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	902	561	107	170	1.740
Depreciação					
Em 31 de dezembro de 2024	(459)	(278)	(61)	(211)	(1.009)
Adições	(180)	(47)	(12)	(11)	(250)
Baixas	-	-	-	53	53
Em 31 de dezembro de 2025	(639)	(325)	(73)	(169)	(1.206)
Adições	(45)	(14)	(2)	-	(62)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	(684)	(339)	(75)	(169)	(1.267)
Total em 31 de dezembro de 2025	263	236	34	1	534
Total em 31 de março de 2026	218	222	32	1	473
4Taxa de depreciação anual (%)	(*)	10	10	20	

(*) Dependendo da duração de contrato.

Consolidado	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos, móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Total
Custo					
Em 31 de dezembro de 2024	1.317	1.622	219	319	3.477
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	(142)	-	(68)	(210)
Em 31 de dezembro de 2025	1.317	1.480	219	251	3.267
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	1.317	1.480	219	251	3.267
Depreciação					
Em 31 de dezembro de 2023	(874)	(1.194)	(168)	(291)	(2.527)
Adições	(181)	(47)	(13)	(12)	(253)
Baixas	-	-	-	53	53
Em 31 de dezembro de 2024	(1.055)	(1.241)	(181)	(250)	(2.727)
Adições	(45)	(14)	(3)	-	(62)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	(1.100)	(1.255)	(184)	(250)	(2.789)
Total em 31 de dezembro de 2025	262	239	38	1	540
Total em 31 de março de 2026	217	225	35	1	478
Taxa de depreciação anual (%)	(*)	10	10	20	

(*) Dependendo da duração de contrato.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Abaixo demonstramos a movimentação do intangível nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Controladora	Marcas e patentes	Total vida útil indefinida	Licenças de uso de software	Marcas	Outros	Não competição	Total vida útil definida	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2024	1.052	1.052	17.674	496	2.668	22	20.860	21.912
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	1.052	1.052	17.674	496	2.669	22	20.860	21.912
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	1.052	1.052	17.674	496	2.669	22	20.860	21.912
Amortização								
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	(16.684)	(496)	(1.150)	(22)	(18.352)	(18.352)
Adições	-	-	(989)	-	(284)	-	(1.273)	(1.273)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	(17.673)	(496)	(1.434)	(22)	(19.625)	(19.625)
Adições	-	-	(989)	-	(284)	-	(1.273)	(1.273)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	-	-	(17.673)	(496)	(1.434)	(22)	(19.625)	(19.625)
Total em 31 de dezembro de 2025	1.052	1.052	1	-	1.234	-	1.235	2.287
Total em 31 de março de 2026	1.052	1.052	1	-	1.234	-	1.235	2.287
Taxa de amortização anual (%)	-	-	(*)	10	10	10	-	-

(*) Dependendo da duração de cada licença.

(**) **Outros:** refere-se substancialmente a ativos intangíveis de menor relevância individual, compostos principalmente por **valores a imobilizar** (gastos incorridos ainda em fase de análise/classificação para definição entre ativo imobilizado ou intangível) e por **projetos internos, incluindo o projeto Agile**, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de processos e sistemas da Companhia.

Consolidado	Marcas e patentes (****)	Ágio na aquisição de investimentos (***)	Total vida útil indefinida	Licenças de uso de software	Marcas	Outros (*****)	Não competição	Total vida útil definida	Total
Custo									
Em 31 de dezembro de 2024	1.169	298.491	299.660	18.083	495	4.820	22	23.420	323.080
Adições	-	-	-	22	-	-	-	22	22
Baixas	-	-	-	(74)	-	(259)	-	(333)	(333)

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025	1.169	298.491	299.660	18.083	495	4.561	22	23.109	322.769
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	1.169	298.491	299.660	18.031	495	4.561	22	23.109	322.769
Amortização									
Em 31 de dezembro de 2024	-	(298.491)	(298.491)	(16.585)	(495)	(2.748)	(22)	(19.850)	(318.341)
Adições	-	-	-	(1.067)	-	(496)	-	(1.563)	(1.563)
Baixas	-	-	-	74	-	-	-	74	74
Em 31 de dezembro de 2025	-	(298.491)	(298.491)	(17.578)	(495)	(3.244)	(22)	(21.339)	(319.830)
Adições	-	-	-	(14)	-	(51)	-	(65)	(65)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2026	-	(298.491)	(298.491)	(17.592)	(495)	(3.295)	(22)	(21.404)	(319.895)
Total em 31 de dezembro de 2025	1.169	-	1.169	453	-	1.317	-	1.770	2.939
Total em 31 de março de 2026	1.169	-	1.169	439	-	1.266	-	1.705	2.874
Taxa de amortização anual (%)	-	-	-	(*)	10	-	10	-	-

(*) Sujeito ao teste anual de valor de recuperação de ativos.

(**) Dependendo de cada duração de licenças.

(***) A amortização acumulada sobre o Ágio na aquisição de investimentos refere-se ao efeito anterior à Lei 11.638/07. Após as práticas contábeis, introduzidas pela conversão da contabilidade brasileira às normas internacionais (Lei 11.638/07), a Companhia passou a realizar ajustes (provisão para perda sobre o valor recuperável) no seu valor de ágio, oriundo das aquisições de controladas, gerando assim uma diferença entre o valor do ágio contábil e o ágio fiscal (ágio na data de aquisição), aceito para futuras dedutibilidades pela Receita Federal.

(****) Os saldos de marcas e patentes apresentados correspondem a ativos intangíveis adquiridos de terceiros, registrados ao custo de aquisição ou de formação. Para fins desta nota explicativa, os valores encontram-se apresentados de forma segregada por empresa. Nexpe: 1.052, MF 100, NBG: 16 e Tropical: 1, totalizando 1.169.

(*****) Os saldos demonstrados como outros se referem a desenvolvimento e melhoria de sistemas não caracterizados como direito de uso de software adquiridos de terceiros ou desenvolvido internamente registros ao custo de aquisição ou de formação deduzidos das respectivas amortizações acumuladas.

(*****) **Outros:** refere-se substancialmente a ativos intangíveis de menor relevância individual, compostos principalmente por **valores a imobilizar** (gastos incorridos ainda em fase de análise/classificação para definição entre ativo imobilizado ou intangível) e por **projetos internos, incluindo o projeto Agile**, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de processos e sistemas da Companhia.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Principal	341	365	341	365
Encargos financeiros a apropriar	-	-	-	-
Total - Circulante	341	365	341	365
Principal	29	86	29	86
Encargos financeiros a apropriar	-	-	-	-
Total - Não circulante	29	86	29	86
Total	370	451	370	451

No quadro abaixo, demonstramos a movimentação ocorrida em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Saldo inicial	451	758	451	758
Adições	-	413	-	413
Baixas *	-	-	-	-
Pagamento de arrendamento	(81)	(720)	(81)	(720)
Pagamento de juros	(7)	(40)	(7)	(40)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	7	40	7	40
Total	370	451	370	451

(*) Baixas referente ao ativo mantido para venda das UPI Bamberg, UPI MF e UPI Abyara.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

Período	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Valor descontado	Valor nominal	Valor descontado
2026	376	435	376	435
2027	75	87	75	87
Total	451	522	451	522
Potencial crédito de PIS e COFINS	42	48	42	48

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia não considera a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso e não estima impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos judiciais

A Companhia e suas controladas tem registrado em seu balanço parcelamentos judiciais devido a acordos realizados de naturezas trabalhistas, cíveis e tributários. Abaixo demonstramos a posição dos saldos em aberto destes acordos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Circulante	323	297	1.677	1.644
Não Circulante	343	348	1.187	1.166
Total	666	645	2.864	2.810

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
Descrição	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
ISS	1.365	1.367	3.862	3.866
PIS e COFINS	8	24	30	49
IRPJ e CSLL	632	632	647	647
PGFN Tributário*	3.012	2.947	25.174	24.667
PGFN Previdenciário*	5.290	5.182	45.179	44.291
Outros	36	36	70	64
Total	10.343	10.188	74.962	73.584
Circulante	10.084	9.929	74.178	72.800
Não circulante	259	259	784	784

A Companhia e suas controladas adotaram a medida de suspensão parcial e posterior parcelamento dos pagamentos de impostos de acordo com as Medidas Provisórias aprovadas pelo governo perante a pandemia provocada pela COVID-19, aderindo ao parcelamento em 60 meses.

Em junho de 2023, a Companhia tomou a decisão estratégica de iniciar um processo de renegociação dos pagamentos dos parcelamentos fiscais em vigor, bem como os de 7 de suas controladas, através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), seguindo as diretrizes estabelecidas no Edital PGDAU nº 3/2023.

Através dessa modalidade de renegociação, nosso objetivo é obter benefícios como descontos e, principalmente, o alongamento dos passivos fiscais atualizados pela Selic. Essa medida visa proporcionar um alívio de caixa no curto prazo, tanto para a Companhia quanto para suas controladas, permitindo que possamos enfrentar o cenário econômico desafiador com maior estabilidade financeira.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2023 finalizamos a adesão ao Edital PGDAU nº 3/2023 de cerca de 90% dos parcelamentos suspensos que foram renegociados junto a PGFN, com descontos médios de 43%, sendo que cerca de 60% dos reparcelamentos alongados em 120 parcelas. Durante o mês de outubro finalizamos os demais reparcelamentos pendentes, principalmente os parcelamentos da controlada Tropical, no valor total de aproximadamente R\$ 2,7 milhões, que havia ficado pendente de adesão ao Edital no prazo legal, em função de atrasos no envio dos mesmos da RFB para a PGFN. A Companhia ingressou um Mandado de Segurança e obteve decisão judicial favorável para que a PGFN incluísse os débitos, o que ocorreu no final de outubro.

Ao longo do exercício de 2024, foram realizadas compensações fiscais no âmbito da controladora e de suas controladas, principalmente relativas a antecipações de IRPJ e CSLL. Tais compensações resultaram em uma redução aproximada de 53% no saldo final de impostos a recuperar na controladora e de 52% no consolidado. No processo de revisão realizado, não foram identificados valores que demandassem baixa contábil dos ativos fiscais registrados.

* No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso. O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. No processo de revisão, a consultoria não identificou a necessidade de baixa de créditos tributários registrados.

Em março de 2025, a Companhia e as demais empresas em recuperação judicial do Grupo Nexpe protocolaram, de forma conjunta, a proposta de transação individual junto à PGFN. A operação aguarda análise e eventual aprovação pelos órgãos competentes e, se homologada, poderá representar um avanço relevante na reestruturação do passivo fiscal do grupo.

Em outubro de 2025, a PGFN apresentou contraproposta à transação individual, contemplando, entre outros aspectos: (i) a inclusão de novos débitos anteriormente administrados pela Receita Federal do Brasil; (ii) a manutenção dos descontos e da possibilidade de utilização de créditos fiscais nos limites máximos legais; (iii) o alongamento do prazo de pagamento para até 60 meses no caso de débitos previdenciários e até 84 meses para os demais tributos; e (iv) a exigência de apresentação de garantias, além da p

revisão de necessidade de garantia alternativa na hipótese de não aceitação das condições propostas.

Em novembro de 2025, o Grupo Nexpe apresentou manifestação à PGFN em resposta à contraproposta, destacando, principalmente: (i) a inviabilidade de prestação de fiança pelos sócios, em razão da natureza da Companhia como sociedade de capital aberto; (ii) a possibilidade de prestação de garantias pela própria Companhia em relação às demais empresas do grupo, na qualidade de sócia; (iii) a solicitação de manutenção da classificação de capacidade de pagamento das empresas ao longo de todo o período do parcelamento, de forma a viabilizar a regularização de eventuais novos débitos em condições equivalentes; (iv) o entendimento de que a exigência de garantias adicionais poderia ser dispensada, considerando a situação patrimonial consolidada do grupo; e (v) a reiteração do pedido de concessão de carência de 90 dias para o início dos pagamentos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia entende que, superados os pontos ainda em discussão, há viabilidade de formalização da transação individual em curto prazo, o que poderá representar avanço relevante na equalização do passivo tributário do Grupo Nexpe.

Durante o terceiro e quarto trimestre de 2025, a companhia, realizou o levantamento e atualização integral das dívidas tributárias federais protocoladas junto à PGFN, com o objetivo de assegurar que os saldos de obrigações reflitam os valores efetivamente devidos até 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, incluindo os encargos de juros e multas.

Esse procedimento está em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que as dívidas tributárias representam obrigações presentes, derivadas de eventos passados cuja liquidação demandará a saída de recursos representativos de benefícios econômicos. Assim, as atualizações de valores de juros e multas constituem ajustes de mensuração de passivos já reconhecidos, e não novas provisões.

O processo de atualização foi conduzido observando critérios técnicos e legais, conforme segue:

- Base de cálculo: valores originais das dívidas tributárias reconhecidas contabilmente até a data-base definida;
- Encargos de juros: aplicados com base na taxa SELIC acumulada até o período de corte, para débitos federais;
- Multas: calculadas segundo os percentuais previstos nas legislações específicas de cada ente federativo;
- Parcelamentos ativos: considerados os índices e condições contratuais de cada programa de parcelamento.

Os valores de atualização de juros e multas foram reconhecidos como acréscimos aos passivos tributários existentes, e os respectivos efeitos registrados no resultado do exercício sob a rubrica de Despesas Financeiras.

O procedimento não caracterizou mudança de política contábil ou alteração de estimativa contábil, tratando-se exclusivamente de ajuste de mensuração de obrigações presentes já reconhecidas.

Eventuais efeitos relacionados a períodos anteriores foram refletidos nas demonstrações financeiras comparativas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.

17. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas da Companhia referem-se basicamente a mútuos remunerados de acordo com a variação do CDI, pactuados entre a Companhia e suas controladas. As operações e negócios com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes para os respectivos tipos de operações, ou mediante pagamento compensatório condizente com a natureza de cada operação.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1 Operações com Partes Relacionadas – ativo

A composição dos saldos a receber de partes relacionadas está apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Operações de mútuo a receber de controladas (*)	2.353	24.466	-	-
Operações com serviços compartilhados (**)	26	34	1.131	1.142
Total	2.379	24.500	1.131	1.142

(*) A redução do saldo de operações de mútuo a receber de controladas no período findo em 31 de março de 2026 decorre, substancialmente, da 10ª alteração contratual da Rede Morar, realizada no trimestre, a qual contemplou a reestruturação societária e consequente liquidação/compensação de saldos anteriormente registrados entre partes relacionadas.

a) Operações de mútuo a receber de controladas

Ativos	Vencimento	Controladora	
		Mar/26	Dez/25
NXP	27/05/2026	67	63
NBG	27/05/2026	79	77
Global	27/05/2026	586	566
Liborio	27/07/2026	718	678
Rede Morar	27/05/2026	853	23.034
Tropical	27/05/2026	50	48
Total		2.353	24.466

Os saldos classificados no ativo não circulante destinam-se a empréstimos às controladas para capital de giro. Para estes empréstimos, os valores são corrigidos pelo CDI acrescido de 1% ao ano, com prazo de vencimento de um a cinco anos, sem garantias. A receita financeira apropriada em 31 março de 2026 foi de R\$ 338 e em 31 de dezembro de 2025 foi 7.268.

b) Empréstimos com partes relacionadas

Passivo	Vencimento	Controladora	
		Mar/26	Dez/25
Dip Promontoria	29/07/2026	1.212	-
Total		1.212	-

Refere-se substancialmente a contrato de empréstimo firmado junto à PROMONTORIA HOLDING 276 B.V., atualizado conforme encargos financeiros previstos contratualmente. A Administração entende que as condições pactuadas entre as partes são compatíveis com aquelas praticadas em operações usuais de mercado. Os saldos são mensurados pelo custo amortizado, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Operações com serviços compartilhados

A Companhia possui serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Suportados pela controladora e repassados as suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
ABBR	-	-	(1)	(1)
Basimóvel	8	1.217	-	-
BMBRG	1	-	32	195
Credimorar	-	3.075	-	69
CDMR	5	-	5	5
Ética	-	2.050	-	-
Global	-	6.631	-	-
Liborio	-	5	-	-
MFCI	-	-	1.095	874
NAB	1	3.019	-	-
NBG	1	2.847	-	-
Niterói	-	1.120	-	-
NXP	-	110	-	-
Rede Morar	-	6572	-	-
Tropical	10	376	-	-
Total	26	27.022	1.131	1.142

17.2 Demonstração do resultado

	Controladora					
	Despesas gerais e administrativas		Outras receitas (despesas) operacionais		Resultado financeiro	
	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25
NAB	3	3	-	-	-	-
NBG	19	19	5	5	432	215
Basimóvel	-	-	-	-	-	-
NXP	-	(13)	-	-	8	2
Credimorar	37	37	-	-	-	-
Liborio	-	-	-	-	83	17
Global	6	6	-	-	3.257	1.620
Ética	13	13	7	7	-	-
Niterói	16	16	-	-	-	-
Rede Morar	-	-	-	-	3.084	645
Tropical	5	5	-	-	404	90
	99	102	12	12	7.268	2.589

a) Despesas gerais e administrativas

Refere-se às transações de rateio sobre serviços compartilhados incorridos em comuns às partes relacionadas, suportados, em sua maioria, pela controladora e repassados para suas controladas (vide nota explicativa nº 17.1 b).

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outras receitas (despesas) operacionais

As despesas relacionadas a serviços contratados, como agência de publicidade, manutenção de equipamentos, consultorias, entre outros, são rateados entre as empresas através de critérios que consideram aferição do uso efetivo do determinado recurso compartilhado. Essas despesas e/ou receitas são classificadas de acordo com a sua natureza na demonstração do resultado do exercício.

c) Resultado financeiro

Os saldos classificados no resultado financeiro referem-se à juros sobre atrasos de impostos e tributos e receita de juros sobre os mútuos (vide nota explicativa nº 19.1 a), e que se destinam a empréstimos às controladas para capital de giro, corrigidos pelo CDI acrescido de 1% ao ano.

17.3 Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A Diretoria propõe que a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2026 seja de até R\$ 344 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).

A Diretoria propõe que a remuneração global anual do conselho fiscal para o exercício de 2026 seja correspondente ao mínimo legal, a saber, o valor equivalente a 10% da remuneração fixa média da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, multiplicada pela quantidade de membros do conselho fiscal.

Abaixo a remuneração do pessoal-chave da Companhia, nos exercícios findos 31 de março de 2026 e de 31 de março 2025:

Descrição	Mar/26	Mar/25
Diretoria estatutária		
Pró-labore	80	64
Benefícios diretos e indiretos	-	19
Bônus		
Comissões		
Total	80	83
Conselho de Administração		
Pró-labore	-	-
Total	-	-
Total remuneração pessoal-chave	80	83

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outros créditos e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Adiantamentos diversos	13	17	64	52
Créditos a Receber UPI *	774	789	2.857	2.654
Outros Créditos a receber	-	16	26	328
Total	787	822	2.947	3.034
Circulante	208	215	896	896
Não circulante	579	607	2.051	2.138

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, a valores junto a terceiros decorrentes de operações específicas, incluindo entidades como ABBR Administradora Ltda., BMBRG Administradora de Imóveis Ltda. e MFCI Consultoria Imobiliária Ltda.

Tais créditos foram ajustados a valor presente, quando aplicável, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, considerando as condições contratuais e prazos estimados de realização.

A Administração constituiu provisão para perdas sobre créditos cuja recuperabilidade apresenta risco, com base em análise individualizada dos saldos.

Os demais valores referem-se a adiantamentos e créditos operacionais de menor relevância, não sendo necessária divulgação segregada adicional.

Os saldos estão classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
ACFB Administradora Judicial Ltda	1.863	2.031	1.863	2.031
Bichara Advocacia	789	789	3.050	3.050
PRJ BR PARTNERS	1.500	1.500	1.500	1.500
Diversas Consultorias Jurídicas Recuperação Judicial	1.768	1.768	1.931	1.931
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outras contas a pagar	588	588	1.706	1.779
Total	6.508	6.676	10.050	10.291
Circulante	5.507	5.675	8.942	9.183
Não circulante	1.001	1.001	1.108	1.108

As outras contas a pagar são compostas substancialmente por obrigações relacionadas ao processo de recuperação judicial da Companhia, incluindo honorários de administradores judiciais, assessores jurídicos e consultorias especializadas, conforme demonstrado abaixo:

Destacam-se os saldos junto à ACFB Administradora Judicial Ltda., Bichara Advocacia e PRJ BR Partners, que representam as principais obrigações registradas na rubrica na data-base.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas com consultorias jurídicas relacionadas ao processo de recuperação judicial são reconhecidas com base nos contratos firmados e na prestação dos serviços ao longo do período, sendo mensuradas com base nas melhores estimativas da Administração, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou a conciliação e o encontro de contas entre valores anteriormente registrados no passivo a título de depósitos judiciais não identificados e os correspondentes saldos registrados no ativo, não havendo valores residuais remanescentes nessa rubrica ao final do período. Maiores detalhes sobre esses procedimentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 11.

Os saldos estão classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de liquidação.

19. Imposto de renda e contribuição social

A despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social é substancialmente decorrente do método do lucro presumido, no qual são aplicadas as alíquotas dos impostos diretamente sobre a receita de prestação de serviços.

A maioria das controladas apura seu imposto de renda e contribuição social pelo método de Lucro Real. A apuração das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está demonstrada no quadro a seguir:

Imposto de Renda e Contribuição Social	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)
Base de cálculo das empresas tributadas pelo Lucro Real	(2.780)	131.471	10	131.462
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.125	8.975	-	-
Base de cálculo Combinada por regime	(655)	140.446	10	131.462
Alíquota combinada 34% para IRPJ e CSLL	223	(47.752)	(3)	(44.697)
Diferenças permanentes adicionadas (excluídas) à base de cálculo	(223)	45.872	1	42.796
Despesas de imposto de renda e contribuição social	-	(1.880)	(2)	(1.901)

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 15% e 9% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social, respectivamente, adicionado a este valor de apuração as outras receitas financeiras).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados no valor de R\$ 198.919 na controladora e R\$ 670.956 no consolidado. Em decorrência da administração da Companhia não ter identificado lucros tributáveis futuros, para os quais fossem consumir os referidos montantes, nenhum ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da Companhia foi constituído nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia na data base de 31 de março de 2026.

20. Provisão para riscos processuais (Consolidado)

19.1 Processos classificados como risco de perda prováveis

Segundo os assessores jurídicos não houve movimentações nas provisões para riscos processuais, classificadas como provável de perda, no período findo em 31 de março de 2026. A seguir a abertura da movimentação das provisões para riscos processuais, classificadas como provável de perda, de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, em 31 de março de 2026 e de 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativos	Total
Saldo em 31/12/2025	7.454	217	3.104	12.779	23.554
Perda no ano – valores não utilizados e revertidos	-	-	-	-	-
Provisão no ano – Aumentos nas provisões existentes	-	-	-	-	-
Perda no ano – valores utilizados	-	-	-	-	-
Provisão no ano – Novos processos	-	-	-	-	-
Ajustes as provisões – deságio PRJ (*)	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2026	7.454	217	3.104	12.779	23.554
Circulante					9.119
Não Circulante					14.435

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Administrativos	Total
Saldo em 31/12/2024	6.825	217	3.184	12.090	22.316
Perda no ano – valores não utilizados e revertidos	(8.157)	-	(14.277)	(9)	(22.443)
Provisão no ano – Aumentos nas provisões existentes	6.708	-	2.577	656	9.941
Perda no ano – valores utilizados	-	-	-	-	-
Provisão no ano – Novos processos	4.750	-	7.501	42	12.293
Ajustes as provisões – deságio PRJ (*)	(2.672)	-	4.119	-	1.447
Saldo em 31/12/2025	7.454	217	3.104	12.779	23.554
Circulante					9.119
Não Circulante					14.435

(*) o deságio foi calculado de acordo com as condições aprovadas no PRJ, vide Nota 1.1.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia, em conjunto com seus advogados internos e externos, conduz avaliações periódicas de forma semestral sobre a potencialidade de perdas resultantes de processos judiciais.

Ao longo do ano de 2024 houve dois eventos: (i) alguns avanços de estágio processual e (ii) decisões judiciais desfavoráveis, que levaram à reavaliação da probabilidade de perdas em um grupo de processos cíveis e trabalhistas, elevando-a de uma perspectiva inicial de possível perda para uma situação em que a perda se tornou provável.

Ocorreu também a reavaliação de valores provisionados como provável em 2023 no cível e trabalhista que por conta de decisão favorável em um grupo de processos, o que ocasionou 1,1 Milhões de reversão em contingências trabalhistas e 17 milhões em reversão para contingência Cíveis. Destaca-se que dos 17 milhões de reversão das contingências Cíveis, 11 milhões se refere ao processo da Ondrive cujo valor provisionado (Sem deságio) era de 11 milhões em 2023.

Em decorrência disso, foi revisado a provisão para perdas relacionadas aos respectivos processos de forma a refletir a nova avaliação da probabilidade de perda e, consequentemente, o valor da provisão foi ajustado para se adequar à situação atual.

Esse ajuste reflete o compromisso da administração em manter as demonstrações financeiras da Companhia alinhadas com as condições e riscos em evolução. A avaliação contínua dos processos judiciais e a consequente atualização das provisões demonstram uma abordagem cautelosa e responsável para apresentar com precisão a situação financeira da empresa, refletindo o impacto potencial das contingências legais em curso. É importante ressaltar que as perdas são registradas somente quando sentenças definitivas com valores definidos e/ou acordos homologados ocorrem. Nesse ponto, os processos que estavam originalmente provisionados são baixados da conta de provisão para riscos processuais, e um passivo é constituído como Contas a Pagar.

19.1 Processos classificados como risco de perda possíveis

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, classificadas como probabilidade de perda possível pelos seus assessores jurídicos, não provisionadas.

	Mar/26	Dez/25
Administrativos	7.201	7.201
Trabalhistas	6.700	6.700
Tributárias	159.997	159.997
Cíveis	35.729	35.729
Total	209.627	209.627

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Naturezas dos processos**a) Processos de natureza trabalhista**

Os processos de natureza trabalhista, com probabilidades de perda classificadas como prováveis e possíveis, versam, em sua grande maioria, sobre o vínculo empregatício e respectivas verbas reclamadas por antigos corretores associados. A Diretoria da Companhia, apoiada nas melhores práticas do mercado de intermediação imobiliária e na opinião dos seus assessores jurídicos, entende que a alteração da estratégia na condução das ações e a efetiva consolidação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) foram essenciais para estabelecer uma melhor compreensão dos julgadores em relação a natureza jurídica da parceria existente entre a Companhia e os profissionais autônomos associados, desprovidos de qualquer vínculo empregatício e previdenciário com a imobiliária, além de gerar o desestímulo necessário ao ajuizamento de novas reclamações, seja pelo aumento do índice de sucesso na defesa das demandas, como também pela alteração do regramento quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios pelo sucumbente (parte derrotada).

Nesse contexto, os processos mais recentes possuem, em geral, uma menor chance de perda, quando comparados com aqueles processos anteriores à efetiva consolidação da Reforma Trabalhista. Em 31 de março de 2026, a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos trabalhistas prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 32.943, que após o deságio tornou-se R\$ 7.454, respectivamente e, em processos trabalhistas classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 6.700 em 31 de março de 2026 e R\$ 6.700 em 31 de dezembro de 2025.

b) Processos de natureza cível

Os processos classificados como probabilidade de perda provável e possível, de natureza cível, em que a Companhia é ré. Os processos de natureza cível versam, em sua maioria, sobre pedidos de devolução de comissões de corretagem auferidas em lançamentos imobiliários.

Apesar do posicionamento protetivo do judiciário ao consumidor, a Diretoria da Companhia, apoiada nas melhores práticas do mercado de intermediação imobiliária e na opinião de seus assessores jurídicos, entende que todas as comissões recebidas, independente da natureza e do tipo de imóvel transacionado, são lastreadas no Código Civil Brasileiro e em contratos devidamente firmados entre as partes, não havendo que se falar em devolução dos valores recebidos.

Em 31 de março de 2026, a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos cíveis prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 26.198, após o deságio tornou-se R\$ 3.104 e em 31 de março de 2026 de R\$ 30.399, que após o deságio tornou-se R\$ 3.184, respectivamente e, em processos cíveis classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 35.729 em 31 de março de 2026 e R\$ 35.729 em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos de natureza tributária

Os processos classificados como probabilidade de perda possível, de natureza tributária, em que a Companhia é ré, versam, em sua grande maioria, sobre autuações por parte da Receita Federal do Brasil, em razão da suposta ausência do recolhimento de tributos, tais como contribuições previdenciárias e imposto de renda incidente sobre a remuneração auferida pelos corretores associados (contribuintes individuais). As comissões são efetuadas pelos clientes contratantes diretamente aos corretores associados e não transitam pela Companhia. A Diretoria da Companhia, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e na jurisprudência relativa ao tema, entende que as autuações são improcedentes em função da natureza autônoma do corretor, expressamente previsto no Código Civil, ratificado pela Lei 13.097/15 que alterou a Lei 6.530/78, além da reforma trabalhista Lei 13.467/17, possibilitando melhor interpretação das autoridades competentes. Em 31 de março de 2026 e dezembro de 2025 a Companhia, em termos consolidados, era ré em processos tributários prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 217, e em processos tributários classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 159.997 em 31 de março de 2026 e R\$ 159.997 de dezembro de 2025.

d) Processos de natureza administrativa

Os processos classificados como probabilidade de perda possível, de natureza administrativa, em que a Companhia é ré, versam, em sua grande maioria, sobre demandas em processos administrativos municipais relacionados à divulgação de material publicitário da atividade imobiliária. Além disso, receberam autuações do CRECI relacionadas ao desenvolvimento da atividade de intermediação imobiliária por corretores a elas vinculados. Em 31 de março de 2026, a Companhia, em termos consolidados, era parte passiva em processos administrativos prováveis de perda com montantes envolvidos de R\$ 12.779 e em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 12.090, e em processos administrativos classificados como perda possível com montantes envolvidos de R\$ 7.201, em 31 de março de 2026 e R\$ 7.201 em dezembro de 2025.

21. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 12 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo Conselho da Administração o aumento de capital com emissão de ações no valor de R\$ 120 Milhões, com integralização mediante a primeira emissão de debêntures da Companhia aprovada em assembleia em 26 de abril de 2019. Em 27 de janeiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia com emissão de 54.246.650 ações ordinárias no valor de R\$ 54.789.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022 foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 50 (cinquenta) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas de forma agrupada a partir do dia 27 de janeiro de 2023 (inclusive).

Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital da Companhia era de R\$ 815.460 (R\$ 815.460 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.655.569 (2.655.569 ações em 31 de dezembro de 2024 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal das quais 1.022 ações ordinárias (1.022 em 31 de dezembro de 2024) eram mantidas em tesouraria.

Abaixo a movimentação na quantidade de ações ordinárias em circulação e ações em tesouraria:

	Quantidade de ações
Ações em circulação (após grupamento)	2.643.761
Ações em tesouraria (após grupamento)	1.022
Saldos em 31/12/2025 (após grupamento)	2.644.783
Ações em circulação	2.643.761
Ações em tesouraria	1.022
Saldos em 31/12/2026	2.644.783

a) Bônus de subscrição

Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

b) Planos de opções baseado em ações ("Planos")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, destinado a administradores.

Após a aprovação do Plano, foram realizadas outorgas de opções no âmbito do Plano, com condições de aquisição de direito (*vesting*) vinculadas à permanência dos beneficiários na Companhia e ao atingimento de metas de desempenho, bem como prazos e preços de exercício definidos em cada instrumento de outorga.

O Plano possui característica de remuneração baseada em ações classificada como instrumento patrimonial, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (equivalente ao IFRS 2), sendo o valor justo das opções mensurado na data de outorga e reconhecido ao longo do período de aquisição de direito.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui executivos ou empregados elegíveis participantes do Plano, tampouco mantém contratos ativos que gerem direitos a exercício de opções de compra de ações. Dessa forma, não há opções em aberto, exercíveis ou a exercer na referida data-base.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, não houve novas outorgas, exercícios, cancelamentos ou modificações de opções nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Em decorrência do exposto, não foram reconhecidos efeitos de pagamento baseado em ações no resultado ou no patrimônio líquido nos exercícios apresentados.

c) Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, equivalente ao IAS 33, a seguir estão reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

Resultado por ação básico e diluído:		
	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.780)	131.471
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	867	867
Lucro (Prejuízo) do exercício por ação (em R\$) – básico e diluído	(3,20764)	151,63899

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias para os exercícios findos em 31 março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025.

d) Reserva de capital

Em dezembro de 2007, houve o reconhecimento de R\$ 56 referentes a ágio na emissão de ações.

Durante o primeiro semestre de 2008, a Companhia alienou parte das ações em tesouraria, por meio da operação de aquisição de novas empresas. O resultado positivo apurado na operação, no montante de R\$ 25.486 foi registrado como reserva de capital.

Em fevereiro de 2011, a Companhia recebeu como parte da quitação do débito dos sócios fundadores da Triumphe 173.266 (cento e setenta e três mil, duzentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, incorrendo na reversão parcial do valor da aquisição no montante de R\$ 2.015. Em abril como parte do pagamento pela Bamberg Imóveis, a Companhia transferiu para os sócios fundadores 1.845.980 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta) ações gerando um resultado positivo de R\$ 15.319, no mês seguinte, em maio, a Companhia recebeu dos sócios fundadores da Rede Morar como ajuste de preço na aquisição da subsidiária 20.001 (vinte mil e uma) ações ordinárias, no mesmo mês foi transferido aos sócios fundadores da Jairo Rocha 564.000 (quinhentos e sessenta e quatro mil) ações que representaram R\$ 4.145 para liquidar a aquisição da subsidiária.

Em outubro de 2013, foi recebido dos sócios fundadores da Redentora 142.526 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e vinte e seis) ações, que representaram R\$ 487 para liquidar a aquisição da subsidiária. Essas operações resultaram no montante de R\$ 43.478.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 04 de abril de 2021 houve a outorga de 206.938 ações referentes ao plano de Stock option assinado em 04 de julho de 2018, tendo o valor de R\$ 6.045 diminuídos do saldo da reserva de capital, perfazendo um saldo de R\$ 37.433.

Em conformidade com as normas contábeis e práticas de governança corporativa, a Companhia realizou, no período de dezembro de 2024, a baixa de ações em tesouraria, no valor de R\$ 12.234 com o objetivo de regularizar o saldo existente e refletir corretamente sua posição patrimonial.

A baixa foi necessária para alinhar a quantidade de ações em tesouraria registrada nos demonstrativos financeiros com a posição real da Companhia, garantindo a correta mensuração do patrimônio líquido, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis vigentes.

A baixa foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, sem efeito sobre o resultado do período. Como não houve alienação ou cancelamento das ações, a operação teve apenas impacto patrimonial, sem gerar ganhos ou perdas.

e) Ações em tesouraria

Abaixo demonstramos a quantidade e o saldo de ações em poder da Companhia:

	Quantidade de ações em tesouraria	Valor das ações em tesouraria	Valor de mercado das ações em tesouraria
Saldo em 31/12/2025	1.022	3	4
Saldo em 31/03/2026	1.022	3	4

O valor de fechamento da ação da Nexpe em 31 de março de 2026 foi de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) e em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos).

f) Destinação dos resultados

O Estatuto Social prevê que o lucro líquido apurado deverá ser destinado, primeiramente, à absorção de prejuízos acumulados e que 5% do lucro líquido deverá ser destinado à constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social da Companhia. Após a distribuição de dividendos obrigatórios, o lucro líquido será destinado, em percentual necessário, à constituição de reserva para contingências.

g) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, será distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório entre todas as ações. Há, também, previsão estatutária de distribuição de dividendo antecipado e/ou intermediário, ambos imputados ao dividendo obrigatório, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além das regras sobre retenção de lucros descrita acima e aquelas gerais descritas na Lei das Sociedades Por Ações (incompatibilidade da distribuição face à situação financeira da Companhia), a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos.

h) Gestão de capital

Com relação à gestão do capital, a Companhia não possui como política a captação de recursos financeiros por meio de empréstimos e financiamento.

22. Receita líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25
Receita de prestação de serviços (*)	195	49	195	97
Cancelamentos	-	-	-	-
Impostos incidentes sobre serviços (**)	(27)	(7)	(27)	(13)
Total	168	42	168	84

(*) Vide NE 2.4 – Letra "n"

(**) ISS, PIS e Cofins

23. Custos dos serviços prestados

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25
Comissão com Lançamentos	-	-	-	(9)
Total	-	-	-	(9)

(*) Neste segmento a Companhia atua oferecendo assessoria na contratação de financiamento imobiliário seja através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou através do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), garantindo uma adequada comunicação com as instituições financeiras, diminuindo assim o tempo de fricção na contratação do serviço.

24. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25
Pessoal e Encargos	(243)	(674)	(273)	(1.039)
Despesas com Ocupação	81	47	78	34
Serviços Contratados	(422)	(1.229)	(765)	(2.004)
Serviços Compartilhados	-	98	-	-
PECLD	(35)	(57)	(12)	(59)
Outras Despesas	(107)	(18)	(144)	(21)
Total	(726)	(1.833)	(1.116)	(3.089)

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro, líquido

25.1 Despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)
Despesas bancárias	(2)	(33)	(6)	(41)
IOF/IOC		(17)	(2)	(17)
Juros pagos a fornecedores	(4)	(13)	(14)	(106)
Juros de atualização de impostos	(173)	(441)	(1.492)	(4.406)
Juros s/ Empréstimos Bancários	-	-	-	-
Juros – Arrendamentos	(7)	(12)	(7)	(12)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(21)	(1)
Ajuste a valor presente – Contas a Receber				(28)
Juros e multa de obrigações tributárias				
Total	(187)	(517)	(1.542)	(4.611)

25.2 Receitas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25	Mar/26	Mar/25
Juros s/ Mútuos, Controladas e Acionistas	322	2.467	-	-
Receitas s/ aplicações financeiras	-	31	-	32
Total	322	2.498	-	32
Total do resultado financeiro, líquido	135	1.981	(1.542)	(4.579)

26. Outras despesas e receitas operacionais, líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)	Mar/26	Mar/25 (Reapresentado)
Provisão de Contencioso Trabalhista (*)		1		1
Deságio - Provisão de Contencioso Trabalhista (*)				
Outras receitas/despesas operacionais (**)	(17)	56	(11)	27
Ganho na venda de participações (***)		134.891		134.891
Resultado na alienação de participações societárias(***)		8.006		8.006
Custo na alienação de Participações societárias				(1.077)
Total	(17)	142.954	(11)	141.848

(*) Esta conta registra as receitas (despesas) com a reversão (constituição) de provisões para perda dos riscos processuais, classificadas como provável, vide Nota explicativa nº 22.1;

(**) Neste grupo estão alocadas as demais despesas e receitas como multas contratuais, baixa de ativos por obsolescência e receitas ou despesas na alienação de bens e de ações.

(***) Ganho na venda de participações, vide nota explicativa nº 10.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os principais instrumentos financeiros ativos usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários", em condições normais de mercado. Esses instrumentos são reconhecidos pelos critérios descritos na nota explicativa nº 6.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras conceituadas e consideradas de risco baixo pelos analistas de mercado.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínuas de análises de crédito. Em 31 de março de 2026 não houve concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros.

O quadro abaixo demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	Controladora		Consolidado	
		Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	-	248	565
Contas a receber	Custo amortizado	294	264	1.016	995
Títulos e Valores Mobiliários	Custo amortizado	-	-	-	-
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2.379	24.500	1.131	1.142
Total ativo financeiro		2.673	24.764	2.395	2.702
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.663	1.825	2.698	2.840
Parcelamentos judiciais	Custo amortizado	666	645	2.864	2.810
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	370	451	370	451
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.508	6.676	10.050	10.291
Empréstimos com partes relacionadas	Custos amortizado	1.212	-	1.113	-
Total passivo financeiro		10.419	9.597	17.095	16.392

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com as taxas de mercado.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Considerações sobre riscos sobre instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Mercado;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e fundos de investimentos contratados em reais e dos juros sobre os mútuos a receber contratados a CDI + 1% a.a. Não há exposição ao risco de taxa de juros no balanço da Companhia em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 que reflete o saldo das aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta em 31 de março de 2026, foi definido o cenário provável. Considerando o acompanhamento da taxa Selic e com base em projeções divulgadas do Relatório Focus do Banco Central do Brasil, foi obtida a projeção da taxa Selic de %, para os próximos 12 meses, e este definido como cenário provável. O CDI encerrou em % em 31 de março de 2026, de acordo com dados extraídos do Banco Central do Brasil.

Para o cenário provável, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações:

Operação	Risco	Mar/26 Cenário Provável MTM
Rendimento das aplicações financeiras	CDI	13,00%
Posição Aplicações financeiras	247	32
Mútuos com partes relacionadas	2.352	306

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Adicionalmente, a Companhia monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos.

A tabela a seguir mostra o vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações (inclui os fluxos de caixa dos juros e principal).

	Em um ano	De dois a cinco anos	Total
Controladora			
Fornecedores	1.548	115	1.663
Parcelamentos judiciais	323	343	666
Passivo de arrendamento	341	29	370
Outras contas a pagar	5.507	1.001	6.508
Total	7.449	1.487	8.936
Consolidado			
Fornecedores	2.394	304	2.698
Parcelamentos judiciais	1.644	1.166	2.810
Passivo de arrendamento	341	29	370
Outras contas a pagar	8.943	1.107	10.050
Total	12.554	2.628	15.182

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, de saldo em bancos, aplicações financeiras (substancialmente em renda fixa e contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	248	565
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Contas a receber	294	264	1.016	995
Total Risco de Crédito	294	264	1.264	1.560

As políticas de constituição de provisão para perdas e a política de cobrança dos títulos em aberto cujo vencimento ainda não ocorreu estão divulgadas na nota explicativa nº 7.

Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos estão apresentados nos balanços patrimoniais de 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 por valores que se aproximam ao valor de mercado considerando operações similares.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

Em dezembro de 2024, o saldo do contrato de swap foi integralmente baixado, em decorrência da transferência da operação para a CDMR, juntamente com o saldo do empréstimo vinculado à Cédula de Crédito Bancário (CCB) firmada com o Banco Bradesco. Essa transferência resultou no desreconhecimento contábil do derivativo pelas demonstrações financeiras da Nexpe, uma vez que os direitos e obrigações associados à operação foram integralmente repassados à CDMR, no contexto da estruturação da alienação da UPI Credimorar.

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Não está incluída, no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Diretoria da Companhia.

A cobertura e vigência dos principais seguros estão demonstrados a seguir:

<i>Ramo</i>	<i>Principais coberturas</i>	<i>Cobertura máxima anual</i>	<i>Vigência</i>
Responsabilidade civil dos diretores e administradores	Custos de defesa e indenizações por prejuízos financeiros causados a terceiros em decorrência de erros ou omissões nos atos de gestão dos administradores.	25.000	24/04/2027

31. Segmentos operacionais

A Intermediação Imobiliária inclui o segmento primário, que compreende as vendas de lançamentos imobiliários ou imóveis novos; o segmento secundário que compreende as vendas de imóveis prontos, em geral. A Companhia presta serviços a compradores e vendedores de imóveis, abrangendo a venda de edifícios, unidades residenciais, loteamentos, condomínios de casas e conjuntos comerciais; e o segmento de locação que compreende os serviços de locação de imóveis residenciais e comerciais e outros serviços correlatos.

O crédito imobiliário compreende serviços de assessoria na comercialização de serviços financeiros imobiliários através de canais digitais, das lojas próprias ou através de parcerias com outras imobiliárias e demais assessorias financeiras. Neste segmento a Companhia atua oferecendo assessoria na contratação de financiamento imobiliário seja através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou através do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), garantindo uma adequada comunicação com as instituições financeiras, diminuindo assim o tempo de fricção na contratação do serviço. Adicionalmente, este segmento compreende serviços de comercialização e intermediação do crédito com imóvel em garantia, modalidade de crédito onde um imóvel residencial ou comercial quitado é oferecido como garantia para captação de empréstimo.

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo decisório da Companhia não considera a alocação de determinados ativos, passivos e itens de resultado que não sejam diretamente atribuíveis aos segmentos ou que sejam oriundos da controladora que é uma holding. Estes valores estão sendo apresentados na coluna nominada "Não alocado", no quadro apresentado a seguir:

Demonstração do resultado do exercício por segmento operacional:

DRE por Segmento	Mar/26			Total
	Crédito Imobiliário	Intermediação Imobiliária	Não alocado	
Receita Líquida	-	-	168	168
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
Resultado bruto	-	-	168	168
Despesas administrativas, honorários da diretoria e outras receitas e despesas operacionais	(10)	(169)	(1.028)	(1.207)
Depreciação e Amortização	-	(6)	(1.96)	(202)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(10)	(175)	(1.056)	(1.241)
Resultado financeiro	(444)	(462)	(636)	(1.542)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(454)	(637)	(1.692)	(2.783)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2)	-	-	(2)
Prejuízo do período	(456)	(637)	(1.692)	(2.785)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores				(2.780)
Prejuízo líquido atribuído aos sócios não controladores				(5)

DRE por Segmento	Mar/25 (Reapresentado)			Total
	Crédito Imobiliário	Intermediação Imobiliária	Não alocado	
Receita Líquida	-	1	83	84
Custo dos serviços prestados	-	-	(9)	(9)
Resultado bruto	-	1	74	75
Despesas administrativas, honorários da diretoria e outras receitas e despesas operacionais	(12)	(1.717)	(1.442)	(3.171)
Depreciação e Amortização	-	(6)	(804)	(810)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	141.848	141.848
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(12)	(1.722)	139.676	137.942
Resultado financeiro	(687)	(173)	(3.719)	(4.579)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(699)	(1.895)	135.957	133.363
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21)	-	(1.880)	(1.901)
Lucro do exercício	(720)	(1.895)	134.077	131.462
Lucro atribuído aos acionistas controladores				131.471
Lucro líquido atribuído aos sócios não controladores				(9)

Em 31 de março de 2026.
Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveu caixa e, portanto, foi excluída da demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/26	Dez/25	Mar/26	Dez/25
Aumento/redução de capital nas controladas (a)	55.120	90.396		-
Arrendamento mercantil (b)		413		413
Baixa incobráveis (c)				-
Provisão para riscos processuais (e)	-	-		2.347

- a) Aumento de capital nas controladas através de mútuos em aberto com essas controladas ou por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (vide nota explicativa nº 10), e redução de capital por absorção de prejuízo.
- b) A transações que não envolvem caixa, sobre o exercício findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se aos impactos contábeis da baixa de algumas lojas fechadas no exercício bem como reclassificação mantido para venda.
- c) Baixa do contas a receber contra a provisão de credores de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 7).
- d) Reversão de provisão de riscos processuais, para reclassificação no contas a pagar, identificado como “perda no ano”, conforme nota explicativa nº 20.

33. Eventos Subsequentes

Em 2 de abril de 2026 a Companhia celebrou contrato de mútuo com a Promontoria Holding 276 B.V., no montante de R\$ 2.420 mil com o objetivo de reforço de caixa no curto prazo;

Em 7 de abril de 2026 a Companhia realizou a quitação integral das obrigações com o assessor financeiro da Companhia, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Nexpe, no valor de R\$ 1.920 mil.

Em 16 de abril de 2026 houve a extinção do pedido de falência ajuizado por seu assessor financeiro, em decorrência do integral pagamento das obrigações da Companhia;

Em 13 de maio de 2026 a Companhia celebrou contrato de mútuo com a Promontoria Holding 276 B.V., no montante de R\$ 475.000,00 com o objetivo de reforço de caixa no curto prazo.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho da Administração

Período findo em 31 de março de 2026:

Francisco Roman Lamas Mendez
Alexander Maria Kloosterman
Srinivas Dhulipala

Diretoria

Período findo em 31 de março de 2026:

Charles de Castro Silva

Contador

Rodolfo Henrique de Moura
CRC 1MG094976

Brit Contabilidade Ltda.
CRC 2MG010697

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Nexpe Participações S.A. – em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Nexpe Participações S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis individuais e consolidadas intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que, em 23 de abril de 2024, o Juízo competente pela recuperação judicial da Nexpe e suas subsidiárias proferiu decisão confirmando os termos do plano de recuperação judicial (com ressalvas quanto à previsão no plano de extinção de protestos e de extensão dos efeitos da recuperação judicial a coobrigados das recuperandas) e concedendo a recuperação judicial, outorgando prazo de um ano para que seja apresentada a CND da Global Consultoria. Em 25 de abril de 2024, a Companhia obteve a CND da Global, a qual foi apresentada ao Juízo competente, de maneira a cumprir a ressalva indicada no processo. A decisão de concessão da recuperação judicial foi publicada em 26 de abril de 2024, de certo que todos os prazos previstos no plano passaram a ser contados a partir de 29 de abril de 2024, primeiro dia útil após a publicação.

Adicionalmente, no trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas apresentaram excedente do passivo circulante sobre o ativo circulante (“CCL”) nos montantes de R\$ 17.436 mil e R\$ 94.345 mil, individual e consolidado, respectivamente, provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante, no montante de R\$ 91.669 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 105.814 mil.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”). Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas comparativas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes referentes às cifras comparativas do trimestre findo em 31 de março de 2025, os quais foram originalmente base para conclusão com ressalva conforme nosso relatório de revisão, emitido em 15 de maio de 2025 sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025. Não fomos contratados para reemissão do relatório de revisão sobre tais valores correspondentes, entretanto, os assuntos abaixo descritos, que foram base para conclusão com ressalva, foram resolvidos e não produzem efeitos em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025:

Realização de créditos tributários previdenciários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes a 31 de março de 2025, a Companhia mantinha registrado na rubrica “impostos e contribuições a recuperar”, no ativo circulante, os montantes de R\$ 913 mil e R\$ 4.317 mil, individual e consolidado, respectivamente, dos quais os montantes de R\$ 406 mil e R\$ 2.627 mil, individual e consolidado, respectivamente, referem-se a créditos tributários previdenciários. No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso. O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. Como procedimento de auditoria, solicitamos a Companhia a composição dos referidos créditos tributários previdenciários, com o objetivo de obter evidências quanto a sua existência e realização. No entanto, a Companhia não havia apresentado a composição desses valores e outros elementos suficientes que comprovassem a adequação e realização dos referidos créditos tributários previdenciários. Contudo, no transcorrer do exercício de 2025, a Diretoria da Companhia realizou um levantamento extensivo dos registros relacionados aos créditos previdenciários. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas quando da reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Não reconhecimento de multa e juros de mora sobre os débitos tributários com suspensão de parcelamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 31 de março de 2025, a Companhia mantinha registrado na rubrica “impostos e contribuições a recolher”, no passivo circulante e não circulante, os montantes de R\$ 6.709 mil e R\$ 43.779 mil, individual e consolidado, respectivamente, dos quais os montantes de R\$ 3.353 mil e R\$ 33.817 mil, individual e consolidado, respectivamente, referem-se a débitos tributários federais e previdenciários ingressados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Diretoria da Companhia determinou que os pagamentos dos parcelamentos em andamento fossem suspensos a partir de janeiro de 2024. O objetivo dessa medida era de buscar condições mais favoráveis em relação a juros e atualizações monetárias e descontos no valor principal da dívida, por meio de uma nova transação, vinculada à Revisão de capacidade de Pagamento para fins da transação (CAPAG). Apesar da suspensão dos pagamentos, alguns parcelamentos permaneceram ativos e em atraso. O registro contábil da atualização considerou todos os parcelamentos como vigentes, incluindo a redução de multas e juros, mesmo que tais condições não tenham sido reprocessadas na situação anterior. No 4º trimestre de 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada para assessorar na estruturação de uma proposta de transação individual junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, considerando o contexto da recuperação judicial em curso. O objetivo foi avaliar a viabilidade de regularização dos débitos tributários federais, por meio de descontos, utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, e parcelamento do saldo remanescente. Diante do exposto, os valores correspondentes a multa e os juros de mora sobre os débitos tributários federais e previdenciários em regime de suspensão junto a PGFN não foram reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referente ao trimestre findo 31 de março de 2025 da Companhia. Contudo, no transcorrer de 2025, a Diretoria da Companhia realizou um levantamento extensivo dos débitos tributários federais e previdenciários, tendo recalculado a composição dos referidos débitos tributários federais e previdenciários em regime de suspensão junto a PGFN, incluindo todos os encargos necessários.

Com a consolidação das informações recebidas da PGFN e a reorganização interna da Companhia, foi possível: i) levantar integralmente os débitos tributários federais e previdenciários; ii) recalcular juros SELIC e multas legais até 31 de março de 2025; e iii) reconhecer todos os encargos necessários, conforme exigido pelo pronunciamento técnico CPC 25. Com a conclusão desses trabalhos, as distorções significativas foram reconhecidas nas cifras comparativas de 2025.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Informações Intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA NEXPE PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial

Aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2026, o Conselho Fiscal da Nexpe Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob o nº 08.613.550/0001-98, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, devidamente auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes.

Com base nas informações da Administração e no relatório da BDO RCS Auditores Independentes, que apresenta opinião sem ressalva, contendo parágrafo quanto à incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, o Conselho Fiscal destaca que a manutenção das atividades da Companhia depende do êxito na execução do Plano de Recuperação Judicial.

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal opina pela aprovação das referidas demonstrações financeiras.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

Membros do Conselho Fiscal:

Pedro Alvarenga D’Almeida
Presidente do Conselho Fiscal

Luis Eduardo de Almeida Vidal Mangini
Membro Titular

João Marcos de Faro Mendes de Almeida
Membro Titular

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Nexpe Participações S.A Em Recuperação Judicial., inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 08.613.550/0001 - 98, com sede na Rua Abilio Soares nº 233, conjunto 63, Paraíso, São Paulo - SP, declaram para os fins do disposto no artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de Maio de 2026.

Charles de Castro
CEO, CFO & IRO do Grupo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Nexpe Participações S.A., inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 08.613.550/0001 - 98, com sede na Rua Abilio Soares nº 233, conjunto 63, Paraíso, São Paulo - SP, declaram para os fins do disposto no artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias do período trimestral findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2025

Charles de Castro
CEO, CFO & IRO do Grupo